

## ENTREVISTA

Tereza Campello: Temer e Bolsonaro destruíram as políticas públicas que tiraram o Brasil do *Mapa da Fome*

## ECONOMIA SOLIDÁRIA

Bancos comunitários apostam no potencial de empreendedorismo e na geração de renda das economias locais



# Novo Ensino Médio: futuro desigual a egressos da escola pública e privada

Definição curricular reduz horizonte de 88% dos alunos da rede pública à formação técnica e reforça lugar de estudantes das instituições particulares no ensino superior – com impactos na carga horária e nos salários dos professores

## 04 ENTREVISTA

Tereza Campello analisa o atual cenário de insegurança alimentar

## 08 EDUCAÇÃO

Reforma do ensino médio amplia desigualdades entre os sistemas de educação

## 11 WEISSHEIMER

Governo de Eduardo Leite (PSDB) avança a passos largos para privatizar a água

## 12 SAÚDE

Por que o RS é líder há décadas em Aids e outras doenças?

## 14 ESPECIAL

Economia solidária: moeda social para enfrentar a desigualdade

## 18 ENSINO PRIVADO

Os impactos do Novo Ensino Médio para os professores

## 22 IDEIAS

Muito obrigado, Paulo Freire!

## 23 ROLIM

A toca do coelho

## 24 ARTE +

Artistas lutam pelos recursos dos fundos de Cultura em Porto Alegre

# EDITORIAL

## Fome de quê?

Ao debater objetivos para o desenvolvimento sustentável com metas como o alcance da Fome Zero até 2030, que serão a pauta de uma conferência mundial em setembro sobre acesso a sistemas alimentares, a Pré-Cúpula da ONU realizada na última semana de julho em Roma, na Itália, cobrou dos governos a responsabilidade no combate à insegurança alimentar em seus países. Em todo o planeta, mais de 34 milhões de pessoas sofrem com a fome extrema e 811 milhões estão em situação de insegurança alimentar e fome durante a pandemia, mas esse flagelo é anterior à covid-19, agravado pela crise sanitária, por conflitos internos, alterações climáticas e falta de políticas de combate à fome.

No Brasil, um levantamento feito por pesquisadores do grupo "Alimento para Justiça" da Universidade Livre de Berlim, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade de Brasília (UnB), apontou que mais da metade dos domicílios (59,4%) se encontram em situação de insegurança alimentar. A segurança alimentar é um direito humano contemplado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e está assegurado aos brasileiros desde 2010 entre os direitos sociais, previsto no Artigo 6º da Constituição Federal.

Mas o país – que havia saído do chamado Mapa da Fome da ONU em 2014, com a adoção de políticas públicas efetivas – vive um retrocesso e está longe do cumprimento dessas garantias. Na pesquisa realizada no final de 2020, 31,7% dos entrevistados relataram estado de insegurança alimentar leve; 12,7%, moderada e 15%, insegurança alimentar grave. Segundo o IBGE, em 2013, a porcentagem de famílias brasileiras que viviam com insegurança alimentar era de 23%. Entre 2017 e 2018, esse número estava próximo de 37%.

Políticas públicas de combate à fome são o tema da entrevista desta edição com a economista, doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e professora da Universidade de São Paulo, Tereza Campello. Responsável pelo conjunto de ações que tiraram o país do Mapa da Fome em 2014, quando era ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ela questiona por que o país exporta os alimentos que estão faltando no prato dos brasileiros. "É um paradoxo nós sermos um grande produtor de alimentos e voltarmos à fome, mesmo expandindo a produção", aponta.

## Economia solidária

Na contramão dos bancos comerciais, que excluem a maior parcela da população ao negar crédito, cobrar juros altos e impor muita burocracia, as instituições comunitárias apostam no potencial de empreendedorismo e geração de renda nas periferias, onde a economia informal movimenta R\$ 168 bilhões por ano no país. São 120 bancos comunitários em 47 municípios, com 145 mil usuários cadastrados e R\$ 40 milhões em operações por mês. Os bancos comunitários em todo o país movimentaram cerca de R\$ 1,1 bilhão de janeiro a dezembro de 2020. No Ceará, o uso de moedas sociais no primeiro semestre do ano passado cresceu 60,6%, com um volume de R\$ 8,2 milhões em operações nos bancos comunitários. São os destaques desta edição impressa do *Extra Classe*.

Confira também: Arte Mais, Fraga, Verissimo, Weissheimer, Edgar Vasques, Rafael Corrêa, Rafael Sica, Santiago.

Boa leitura!



**EXTRA**  
CLASSE-ORG-BR

REDAÇÃO: [extraclasse@sinprors.org.br](mailto:extraclasse@sinprors.org.br)

Editores-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Editor de fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Adriana Lampert, Cátia Cylene, Cristina Ávila, Jacira Cabral da Silveira, José Luís Ferraro e Marcelo Menna Barreto

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283

[extraclasse@sinprors.org.br](mailto:extraclasse@sinprors.org.br)

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição: 25 mil exemplares

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

\* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee  
Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

[extraclass.org.br](https://www.extraclass.org.br) [fb.com/jornalextraclass](https://www.facebook.com/jornalextraclass) [instagram.com/jornalextraclass](https://www.instagram.com/jornalextraclass)



Na matéria *Mais um mau negócio para a Petrobras*, publicada em agosto de 2021 na versão impressa e no site *Extraclasse.org.br*, o *Jornal Extra Classe* repercutiu informações amplamente divulgadas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (Crea-RJ) e pelo Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro (Senge-RS) nos seus respectivos sites. Questionado e alertado pela empresa BSBios quanto a erro de informações contidas no material divulgado pelas fontes primárias, o *Extra Classe* retirou esse conteúdo do seu site e publicará errata na próxima edição física. O jornal pede desculpas aos seus leitores e reitera sua opção e compromisso com o jornalismo ético, responsável e exercido com transparência.

# “O Brasil exporta o arroz que falta no prato do brasileiro”



Fotos: José Cruz/Agência Brasil

por Marcelo Menna Barreto

**E**conomista e doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Tereza Helena Gabrielli Campello é professora visitante da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) e titular da cátedra Josué de Castro, voltada a sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. Em 2018, foi para a Inglaterra como pesquisadora associada da Universidade de Nottingham. Desde 2020, integra o Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (Nupens-USP). Paulistana do município de Descalvado, Tereza Campello, 59 anos, participou da implantação do Bolsa Família nos governos Lula (PT) e, como ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome no primeiro governo de Dilma Rousseff (PT), recebeu o reconhecimento da FAO pelo conjunto de metas que retiraram o país do Mapa da Fome da ONU. Nesta entrevista, ela avalia o atual quadro de insegurança alimentar que, em diferentes graus, atinge 121 milhões de brasileiros. “É um paradoxo nós sermos um grande produtor de alimentos e voltarmos à fome, mesmo expandindo a produção. O Brasil aumenta os seus lucros com a exportação de arroz e falta arroz no prato dos brasileiros, tem o agronegócio com uma lucratividade esplendorosa e um desemprego gigantesco no país”, aponta.

**Extra Classe – A senhora contribuiu decisivamente para tirar o Brasil do Mapa da Fome da ONU. Como está vendo a nossa atual situação, com o retorno dessa mazela?**

**Tereza Campello** – A primeira grande questão que eu acho interessante tratar é que nós saímos do Mapa em 2014 e isso não foi para nenhuma manchete de jornal. Praticamente não foi abordado pela grande imprensa, jornais, televisões. Nada, nada. Então o Brasil, um país marcado pela fome, realiza um feito histórico e silêncio absoluto. Infelizmente, agora, a fome volta para as manchetes dos grandes jornais, das TVs. Uma tragédia e eu acho que a imprensa tem abordado o assunto – importante falar porque a situação é dramática e tem que ser enfrentada –, mas pecando por dois motivos. O primeiro deles é que, em geral, se atribui o retorno do Brasil (ao Mapa da Fome) à tragédia do coronavírus. Isso está errado. O Brasil já tinha voltado ao Mapa da Fome em 2017, 2018, no governo Temer, por conta do desmonte e da desorganização de um conjunto de políticas públicas. O segundo erro, crasso, é tratar da fome e, ato contínuo, falar da filantropia, da solidariedade; fazer chamamentos para que a sociedade, a população, doe alimentos.

**EC – Filantropia e solidariedade seriam somente paliativos?**

**Tereza** – Por mais que essa solidariedade, principalmente entre iguais – porque, em grande medida, tem sido prestada pela população pobre, da periferia – seja importante e deve ser louvada, nós não resolveremos nem 1% do problema da fome no Brasil, que é gigantesco, com solidariedade e filantropia. Somente políticas públicas são capazes de enfrentar uma mazela desse tamanho.

**EC – Estamos falando em que ordem de grandeza?**

**Tereza** – Nós estamos falando de cerca de 50 milhões de pessoas que não comem o suficiente por dia. Que só conseguem uma refeição por dia, ou só comem arroz ou só comem farinha. É uma Argentina inteira que precisa ser ali-

mentada. Dessa população, 20 milhões, provavelmente 25 milhões hoje, em situação de fome. Temos dados somente de dezembro de 2020, quando ainda tínhamos o auxílio emergencial no valor de R\$ 300. Hoje, a situação deve estar bem mais grave porque passamos praticamente quatro meses sem nenhum suporte do governo. Volto a dizer: isso não é resolvido com filantropia e solidariedade. Somente com políticas públicas continuadas, permanentes, com escala e com abrangência nacional.

**EC – Por que o país voltou ao Mapa da Fome?**

**Tereza** – Para entender por que nós voltamos para o Mapa da Fome, tem que entender por que nós saímos. Não foi natural a nossa saída do Mapa da Fome. O Brasil saiu graças a um conjunto de políticas públicas que permitiram que a gente enfrentasse a pobreza e a fome. A FAO lista cinco dessas políticas que foram estratégicas. A primeira delas é garantir prioridade no orçamento para essa agenda de soberania, segurança alimentar e combate à fome. Então, não é uma política, não são duas políticas. É um conjunto e o governo todo, inclusive estados e municípios, dedicados a isso. Outra questão é que o Brasil é um histórico produtor de alimentos, exporta, é um dos maiores exportadores de alimentos do mundo. No entanto, convivia com este país e voltou a conviver com este país que produz e exporta alimentos uma população gigantesca que passa fome. Não é por falta de potencial ou capacidade de produzir alimentos. É porque o povo não tinha acesso a esses alimentos. Acesso significa renda. Acesso significa outras formas de se chegar a esses alimentos.

**EC – O que mais a FAO apontou na ocasião?**

**Tereza** – Salário mínimo com uma valorização de 74% acima da inflação; 20 milhões de empregos formais gerados durante os governos Dilma e Lula e programas como o Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), um conjunto de políticas públicas que garantiram proteção de renda à população. Um terceiro grande

**“Não resolveremos nem 1% do problema da fome no Brasil, que é gigantesco, com solidariedade e filantropia. Somente políticas públicas são capazes de enfrentar uma mazela desse tamanho”**

aspecto, merenda escolar de qualidade que chegava a 43 milhões de crianças. Este, sim, com a pandemia, foi interrompido e o governo não conseguiu colocar no lugar políticas que garantissem que as crianças comessem direito. Outra grande questão foi o fortalecimento da agricultura familiar, com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com o Pronaf (*Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura*), com o programa de cisternas, com assistência técnica. Tudo isso destruído pelo governo Temer e pelo governo Bolsonaro. Por último e não menos importante, a construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e os conselhos, conferências de participação popular e controle que nos pressionavam permanentemente. A primeira medida do governo Bolsonaro foi extinguir o Consea (*Conselho Nacional de Segurança Alimentar*). Então, esses pontos que a FAO listou como responsáveis por tirar o Brasil do Mapa da Fome foram destruídos pelos governos Temer e Bolsonaro.

**EC – Quando a senhora foi para a Inglaterra, em 2018, imaginava que chegaríamos a esse retrocesso?**

**Tereza** – Com tudo isso, natural seria dizer que, de fato, voltamos ao Mapa da Fome. Você me pergunta se eu esperava essa situação dramática, nesses patamares. Nesses patamares, sinceramente, eu não esperava. Mas lá em 2016 e 2017 a gente já dizia que o Brasil voltaria ao Mapa da Fome. Por quê? Não para agourar, não porque a gente tem uma bola de cristal. Porque é óbvio que, ao se desorganizar toda uma política pública, isso voltaria a acontecer.

**EC – Como lhe soam tentativas de explicações como a que foi dada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de que um dos motivos da fome aqui é o volume “do prato do brasileiro”, que, em**

**relação ao europeu, por exemplo, gera grande desperdício?**

**Tereza** – Chega a ser um acinte, não é? O ministro da Economia tratar a alimentação do povo brasileiro de uma maneira tão vulgar, mostrando não só completo desconhecimento do assunto, como demonstrando uma visão colonizada. O Guedes representa aquele 1% dos brasileiros que não conhecem o Brasil e que não querem conhecer. Aqueles que acham a coisa mais linda do mundo comer hambúrguer nos Estados Unidos, tomar Coca-Cola. O padrão alimentar desse senhor é esse. Ele é um Chicago Boy completo. Não é só obtuso do ponto de vista econômico, com pensamentos que estão superados desde a década de 1970, como faz apologia de um padrão alimentar que o mundo todo reconhece hoje como equivocado. A primeira grande questão: ele ofende o povo brasileiro, que hoje está com o prato vazio graças à política dele. Uma tragédia, o povo chupando osso, comendo feijão quebrado, que antes era dado aos animais. A fome se espalhando pelo país e o ministro da Economia, que, nesse caso, deveria ter ficado quieto, já que ele não entende do assunto, resolve dizer que o brasileiro come muito e que, por isso, falta comida. Ele ofende quem está passando fome, ofende os outros brasileiros e a nossa cultura alimentar que, diga-se de passagem, é uma referência hoje no mundo. Esses países que ele acha que são referência são os que hoje têm um padrão alimentar condenado por médicos e cientistas. Só para exemplificar: 60% da alimentação dos americanos e 60% da alimentação dos ingleses são de ultraprocessados, ricos em graxa, como dizem os gaúchos, em gordura, em sal, em açúcar. São alimentos completamente contaminados.

**EC – Qual é a referência de padrão alimentar?**

**Tereza** – A referência hoje no mundo é comer ao máximo possi-

## ENTREVISTA

vel alimentos *in natura*, que são a base da alimentação brasileira. Comer um arroz, comer um feijão, comer uma fruta, comer uma verdura. Comer um franguinho, de vez em quando um pescado, ou, nas diferentes regiões, conforme a cultura, um açai com peixe. Então, isso que é uma realidade de uma alimentação não só rica como culturalmente muito valorizada, é completamente ignorada por esse senhor colonizado (Paulo Guedes), com essa mentalidade completamente distorcida e que despreza a população pobre, que despreza a cultura brasileira.

**EC – Teria algo mais atrás desse desprezo?**

**Tereza** – Na verdade, por trás dessa pessoa que chega a ser folclórica se não fosse ridícula, por trás desse ser, tem alguém que está preocupado única e exclusivamente em tirar vantagens da tragédia; tirar vantagens do sofrimento da população com a crise da covid-19 para dar mais e mais vantagens para a grande indústria, para as grandes redes supermercadistas, para concentrar mais riqueza. Tem gente que ficou escandalizada quando ele começou a dizer que a população poderia começar a comer alimentos vencidos. Mas, na verdade, ele não está preocupado com a questão sanitária. Ele não estava preocupado se isso ia fazer bem ou mal. A preocupação é de resolver a questão de estoques das grandes redes de supermercados.

**EC – O governo disse que vai criar um grupo de trabalho para avaliar a flexibilização da regra que trata da validade de alimentos, na realidade, uma proposta da Associação Brasileira de Su-**

**permercados (Abrás), que tem o pretexto de evitar desperdícios. Qual é a sua opinião?**

**Tereza** – Ele (Guedes) fez essa fala em um evento da Abrás. Quer dizer, ele, na verdade, estava dando um sinal para o setor supermercadista, um setor muito concentrado. Na verdade, meia dúzia de empresas que até podem ter nomes fantasia variados, mas que, por trás, têm grandes conglomerados financeiros. O sinal: Vamos tirar vantagem da fome para tentar aprovar uma coisa que eles tentam aprovar já faz mais de dez anos e que a gente segurou. Por quê? Porque isso é errado. Desprotege a população brasileira. Porque não deixa claro se tal produto continua sendo bom para ser consumido ou não. Não deixa claro até quando isso poderia acontecer. Quer dizer, cobre de insegurança, mais insegurança ainda, esse ambiente alimentar que aqui no Brasil já é inseguro.

**EC – Na USP, a senhora está em um núcleo que busca repensar a lógica e os impactos dos sistemas alimentares. Em síntese, que conclusões o meio acadêmico chega nessa reflexão?**

**Tereza** – Uma das questões mais impactantes que a gente tem discutido na Faculdade de Saúde Pública da USP é como o Brasil continua paradoxal. É um grande paradoxo nós sermos um grande produtor de alimentos e voltarmos à fome, mesmo expandindo a produção. Então, você tem nos jornais estas duas grandes manchetes: o Brasil aumenta cada vez mais os seus lucros com a exportação de arroz e falta arroz no prato dos brasileiros. Você tem o agronegócio com uma lucratividade esplendorosa e um desemprego gigantesco

no país. Se tem a impressão do PIB melhorando. Mas está melhorando para quem? Somente para um setor que não gera empregos hoje e que não alimenta a população. A população não se alimenta de soja, de milho e de açúcar, que é o que, em grande medida, nós produzimos no agronegócio brasileiro.

**EC – Os mais variados discursos sustentam que a economia do Brasil é salva pelo agronegócio.**

**Tereza** – Então, convivem a fome com essa grande indústria. O agro vai muito bem e o povo vai muito mal. Usando aí uma frase histórica, o PIB vai bem, mas o povo vai mal. Como diria a professora Maria da Conceição Tavares, o povo não come PIB. E o povo está comendo mal duplamente. Ele não só não come o suficiente, como tem consumido uma alimentação inadequada. Crescentemente, a gente passa a se alimentar disso que eu disse antes, que são os ultraprocessados, que não são mais alimentos.

**EC – Por que os ultraprocessados não são mais alimentos?**

**Tereza** – Você pega frações de alimentos, pedaços de alimentos, pega lecitina, por exemplo, coisas que até nem têm nome de comida. As nossas avós, quando iam fazer um bolo, não pegavam um pedaço de não sei o quê, mais um composto duplo fortificado. Não, ela pegava ovo, farinha, leite. Os produtos com os quais a gente se alimenta hoje não são comidas rigorosamente. Não são alimentos, são produtos ultraprocessados. Não é porque foi processado que faz mal, mas porque a forma como foi processado destrói e desorganiza esse alimento.



Foto: José Cruz/Agência Brasil

**“A população não se alimenta só de soja, de milho e de açúcar, que é o que, em grande medida, nós produzimos no agronegócio brasileiro”**

**EC – Em síntese, o país tem safras recordes e fome. Qual é a saída?**

**Tereza** – O Brasil hoje convive com essas duas realidades e convive com dois problemas de má alimentação que são a fome e, ao mesmo tempo, com o sobrepeso e a obesidade. Isso é ainda mais surpreendente porque o Brasil tem uma experiência riquíssima. Não só por ter combatido a fome, mas por ter feito isso de uma forma sustentável e saudável, valorizando o que a gente chama de comida de verdade. O brasileiro não quer comer o macarrão instantâneo em substituição a um arrozinho, a um feijãozinho, uma carne moída com chuchu, com quiabo. A população brasileira, se puder, escolhe essa comida tradicional, tão rica, forte, saudável, que faz bem e gera empregos no campo. Quem produz tudo isso, de fato, é o agricultor familiar. Esse setor, sim, emprega muita gente.

# Pode ser filho, esposa, irmão, mãe, sogra, vô...

O Hotel Casa do Professor é a melhor opção em Porto Alegre para professores associados do Sinpro/RS e seus familiares.



Mais informações:

[www.casadoprofessor.sinpro.rs.org.br](http://www.casadoprofessor.sinpro.rs.org.br)

Reservas: (51) 4009.2988

**SINPRO/RS**  
Sindicato Cidadão

**CASA do PROFESSOR**  
Hotel

## A tirania do mérito

Encontrar um caminho para além da política polarizada do nosso tempo exige levar em consideração o mérito. Entretanto, a meritocracia de hoje endureceu, tornando-se uma aristocracia hereditária. É o que diz Michael Sandel, respeitado filósofo de Harvard. Em sua obra *A Tirania do Mérito: O que aconteceu com o bem comum*, ele faz uma análise reveladora da perversa injustiça de nossa sociedade, movida por miope e desonesta crença na noção de mérito. Oferece uma crítica profunda da meritocracia que deteriorou nosso espírito de comunidade e respeito mútuo.

Diz que "estes são tempos perigosos para a democracia", considerando o aumento da xenofobia e o crescente apoio público de figuras autocráticas que testam as normas democráticas. Adverte que tais apoios representam um protesto pela exclusão econômica resultante da globalização, mas, também, é uma reprimenda à abordagem tecnocrata da política, que é insensível aos ressentimentos de pessoas deixadas



para trás pela exclusão econômica e cultural. Aponte a câmera do seu celular para o QR Code abaixo e leia a íntegra da coluna exclusiva do professor Gabriel Grabowski para o site do jornal *Extra Classe*.

## Minirreforma trabalhista na pauta da Câmara Federal cria trabalhador de segunda classe

A Câmara dos Deputados voltou a debater em agosto a MP 1045, que institui uma minirreforma trabalhista. De acordo com o Ministério Público, a medida representa prejuízos aos trabalhadores. Em abril, quando a MP foi discutida, o Ministério Público do Trabalho (MPT) condenou a proposta em nota: "Trata-se assim de uma modalidade de trabalho altamente precarizada, que criará uma espécie de 'trabalhador de segunda classe'". Acesse a íntegra da matéria no site do *Jornal Extra Classe*.

## 22,3 milhões de trabalhadores podem perder vale-refeição

Não satisfeita em retirar R\$ 10,7 bilhões da Classe C, conforme estimativa de tributaristas, a equipe econômica do governo de Jair Bolsonaro (sem partido) incluiu na proposta de Reforma do Imposto de Renda, que foi encaminhada ao Congresso Nacional, um item que pode acabar com os vales-alimentação e refeição de 22,3 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. O tema foi tratado em tom de denúncia na Central Única dos Trabalhadores (CUT), já que a medida extingue subsídios que 280 mil empresas recebem, de acordo com os números do Ministério da Economia, para manter os vales, que assim perdem sua única fonte de financiamento. Leia a matéria e outras sobre o mesmo assunto no site do *Extra Classe*.



Escaneie  
o código  
e acesse  
o site do jornal

### LEIA TAMBÉM

#### Pelo direito de fazer xixi

As reformas incentivam empregadores como Dell, Santander e Carrefour a avançar sobre direitos, enquanto os sindicatos e a Justiça do Trabalho tentam garantir o básico, como ir ao banheiro.

#### O que está por trás da privatização da Corsan

O deputado estadual do RS Jeferson Fernandes explica, em entrevista exclusiva ao jornal, os principais problemas que vê na proposta do governo Eduardo Leite para privatizar a água e o saneamento.

#### MOISÉS MENDES: Um espancamento sem fim

Espancam a deputada federal Joice Hasselmann todos os dias nas redes sociais. O espancamento da direita e da extrema-direita se dá sob o pretexto de que ela é uma ex-aliada ressentida do bolsonarismo.



# Aposentadoria Planejada

Planejar o futuro com tudo que se tem direito.

Agendamentos

 (51) 98060.3579

 **CAINELLI**  
ADVOGADOS

Credenciado pelo Sinpro/RS

Consultas previdenciárias sem custos para os professores do Ensino Privado



Foto: Igor Sperotto

A escola Tuiuti, de Gravataí, escancara a falta de estrutura física da rede estadual de ensino, com salas de aula em ruínas ou interditadas por obras. A diretora Geovana Affeldt não pode nem abrir a biblioteca por falta de um técnico

# Novo Ensino Médio deve aumentar abismo entre escola pública e privada

por Jacira Cabral da Silveira

*A definição curricular a ser adotada a partir de 2022 nas diferentes redes de ensino poderá restringir o horizonte dos 88% de estudantes de ensino médio do sistema público. Construída e em implantação sem a efetiva participação dos principais atores da educação, a reforma do ensino médio acentua as desigualdades ao encaminhar o estudante da rede privada para o ensino superior e o da rede pública para o mercado de trabalho*

**A**ndré Luiz Silva dos Passos tem 16 anos. Em 2022, cursará o terceiro ano do ensino médio na Escola Estadual de Ensino Médio Tuiuti, no município de Gravataí, na Grande Porto Alegre. Tranquilo, de fala articulada, não titubeia frente às perguntas sobre a implantação do Novo Ensino Médio durante entrevista por telefone. Assim como a mãe, Simone, formada em Administração, e o irmão mais velho, João Pedro, que cursou Matemática, ele conta que deseja seguir seus estudos e fazer o curso de Música na Ufrgs, escolha que o acompanha desde os 12 anos de idade. Mas sobre o que irá acontecer no ano que vem na escola quanto às mudanças a serem implementadas, confessa não fazer a mínima ideia.

Das atuais 2,4 mil horas, o Novo Ensino Médio terá uma carga de 3 mil horas, das quais 1,8 mil horas serão destinadas às aprendizagens obrigatórias estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as 1,2 mil horas restantes constituirão os itinerários formativos. Esses últimos compõem a parte flexível da nova proposta, podendo a escola oferecer pelo menos dois dos cinco itinerários formativos, dos quais quatro são de aprofundamento nas áreas de conhecimento (Lin-

guagens, Matemática, Ciências da Natureza ou Ciências Humanas e Sociais) e um de formação técnica profissional.

Há cinco anos aluno da Tuiuti, André avalia que tanto ele como os irmãos tiveram e estão tendo uma boa formação na escola. Ao buscar justificar por que até o momento os alunos não foram informados sobre o que irá mudar no ensino a partir do ano que vem, mostra-se compreensivo. Segundo o estudante, a escola enfrenta problemas sérios quanto às instalações, em obras desde 2016, sendo que, das 14 salas de aula existentes no colégio, apenas quatro estão em uso. "Tem gente que tem aula dentro do refeitório, eu tive na sala dos professores, tinha quatro turmas dentro do salão da escola. Eram lugares que não eram salas de aula, mas tiveram que virar pros alunos poderem ter as aulas", justifica.

A biblioteca é outro espaço indisponível já faz três anos na Tuiuti, relata Geovana Rosa Affeldt, diretora da escola, e como não existe concurso para bibliotecário no estado e as administrações escolares não podem designar professores para trabalhar no setor, não há perspectiva para a reabertura, prenuncia a educadora. Por isso, André relata que poucas vezes entrou



Aluno de escola pública, André Passos quer estudar Música na Ufrgs, mas está inseguro em relação às mudanças que irá enfrentar em 2022 no ensino médio

na biblioteca, só mesmo quando algum professor pedia um livro específico. "Não tive muito o hábito de ler na escola", reconhece, assumindo para si a consequência de o governo do estado ter fechado todas as bibliotecas que eram atendidas por professores nas escolas da rede pública estadual.

A cerca de oito meses da implantação do Novo Ensino Médio, tramita no Conselho Estadual de Educação (CEED/RS) a segunda versão do Referencial Curricular Gaúcho (RCG) para o Ensino Médio no Rio Grande do Sul. O

Conselho está analisando a proposta enviada pela Secretaria de Educação (Seduc-RS) e deverá se manifestar até outubro sobre este referencial que, se aprovado, valerá para todas as instituições do Sistema Estadual de Ensino, públicas e privadas.

Antes mesmo de qualquer encaminhamento, Geovana adverte que não existe nenhuma possibilidade de qualquer reforma dar certo se não houver investimento: manutenção das escolas, política de reposição de professores e de profissionais de educação.

## Falta de protagonismo de professores e estudantes

Para refletir sobre os impactos que a implantação do Novo Ensino Médio terá na educação

brasileira, é preciso entender sua origem e seus encaminhamentos. Quem afirma é Mariângela Sil-

veira Bairos, coordenadora do Grupo de Estudos de Políticas Públicas para o Ensino Médio (Gepem) da Ufrgs. Conforme a pesquisadora, a falta de participação nas discussões referentes às reformas do ensino médio vem desde 2016, quando foi implementado o ensino médio em tempo integral, através de uma medida provisória que, depois de votada, resultou na Lei 13.415, de fevereiro de 2017. "Sem a participação das universidades, dos docentes, das escolas, de gestores ou alunos", lamenta.

A ausência de protagonismo, especialmente dos professores, também é salientada pela diretora da escola de André. Geovana critica o fato de que as escolas estão sendo atropeladas pela nova política educacional, além dos

poucos dias para discussão, os professores que quisessem participar da construção teriam que ter carga horária sobrando. "Isso no meio de uma pandemia em que estávamos tentando dar aula remota e que não sabíamos usar as tecnologias. Ou seja, o Novo Ensino Médio nos foi apresentado só pra constar. Posso te dizer que a construção do ensino médio foi por amostragem, não foi efetiva, não teve a participação de quem realmente vai ser atingido por ela," argumenta.

Gabriel Grabowski, professor da Feevale e representante da Associação de Escolas Superiores de Formação de Profissionais do Ensino (Aesufope) no Conselho Estadual de Educação, destaca ainda a exclusão dos alunos nesse processo, o que, na avaliação



Mariângela Bairos, da Ufrgs: reforma excluiu universidades, docentes, escolas, gestores e alunos

## EDUCAÇÃO

do educador, é um contrassenso, uma vez que um dos eixos da nova proposta é justamente o protagonismo estudantil através do projeto de vida. André confirma a ausência dos estudantes nas discussões que antecederam a implantação, pois tanto ele quanto os demais alunos do ensino médio da Tuiuti não foram chamados para opinar.

Como membro da Aesufope, Grabowski ressaltou a preocu-

pação mais ampla da entidade quando analisa o papel dos professores em questões como a mudança curricular, que implica o Novo Ensino Médio. Para a instituição, tal proposta deveria ser precedida de formação de professores, seja na universidade, seja na formação continuada. "Continuamos formando professores por áreas de conhecimento, e a reforma agora vem por competências e habilidades," explica.



Um dos eixos da nova proposta é o protagonismo estudantil, mas os alunos não foram ouvidos, aponta Gabriel Grabowski

## Futuro desigual a egressos da escola pública e privada



Sani Cardon, diretor do Sinpro/RS

O fato de a escola Tuiuti comemorar seus 80 anos de existência em 2022, com apenas 28% de suas salas de aula em condições de uso, atesta os argumentos de muitos educadores e gestores quando apontam a falta de investimento na educação pública como fator que potencializa o abismo já existente entre as redes de educação básica pública e privada de ensino no Brasil. "Enquanto os investimentos na educação pública estão congelados desde 2016, a rede privada vai investir porque vai repassar para as mensalidades. Ou seja, a iniciativa privada poderá oferecer mais opções ao aluno", afirma o professor da PUCRS Sani Belfer Cardon, diretor do Sinpro/RS, ao analisar as condições prévias à implantação do Novo Ensino Médio.

Outra crítica de Sani que potencializa esse distanciamento entre as redes é que, enquanto na escola privada a preferência será ofere-

cer itinerários formadores que incrementam o preparo para o ensino superior (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza ou Ciências Humanas e Sociais), desconsiderando o itinerário profissionalizante, nas escolas públicas um dos itinerários a ser oferecido é justamente o tecnológico. Ou seja, na avaliação do professor, é um modelo que reforça o destino do aluno da escola privada a ascender ao ensino superior, enquanto o aluno da escola pública deve se contentar com o profissionalizante. "A reforma vai ampliar o abismo que existe entre a escola pública e a privada", sentencia.

No ensino privado, o qual será impactado pela redução de carga horária e cortes de salários, os professores foram excluídos do debate sobre a reforma e a implantação do Novo Ensino Médio.

Leia mais nas páginas 18 e 20.

8



### Espaço do Professor

## AGORA VOCÊ TEM UM ESPAÇO SÓ SEU NO SITE DO SINPRO/RS

Com seu login e senha, você entra em um espaço virtual restrito com informações e serviços de seu interesse.

No Espaço do Professor, você consulta a posição de ações trabalhistas, verifica as comunicações enviadas para você, atualiza boletos e cadastro, tem informações personalizadas sobre seu plano de saúde, além de aproveitar ferramentas como banco de currículos, Calcule seu Salário e muito mais.





MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

# Água privatizada: próximo capítulo do desmonte do RS?

*O caso da Corsan envolve ainda um clássico da “velha política”, em relação à qual o governador gaúcho jura ser um contraponto e um exemplo de “modernidade”*

Foto: Itamar Aguiar/ Palácio Piratini



O governador Eduardo Leite (PSDB) na inauguração da Estação de Tratamento de Efluentes da Corsan em Capão da Canoa, em novembro de 2019

Depois de privatizar a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) e de encaminhar o leilão da empresa de transmissão de energia elétrica do Grupo CEEE, o governo Eduardo Leite (PSDB) avança a passos largos para privatizar a água no Rio Grande do Sul. Caso se confirme a privatização da Corsan, o estado terá entregue para a iniciativa privada os setores de água e energia vitais tanto para a garantia de serviços públicos essenciais à população, como para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento. O caso da Corsan envolve ainda um clássico da “velha política”, em relação à qual o governador gaúcho jura ser um contraponto e um exemplo de “modernidade”.

No dia 8 de julho, contrariando promessa que havia feito durante a campanha eleitoral de 2018, Eduardo Leite anunciou que encaminharia à Assembleia Legislativa um projeto pedindo a autorização para privatizar a Corsan. Segundo o governador, a privatização da Corsan seria feita seguindo “um modelo transparen-

te, como sempre fizemos”. No entanto, antes de enviar o projeto de privatização para a Assembleia, Leite trabalhou para derrubar a exigência constitucional de um plebiscito, que estava inscrita na Constituição do RS, para garantir a participação da população em caso de uma tentativa de privatização.

Na campanha eleitoral de 2018, um de seus programas eleitorais afirmou: “Quem vota Eduardo Leite está votando no Banrisul e Corsan públicos”. Pode anotar aí que eu assino embaixo. No meu governo, Corsan e Banrisul continuarão públicos, pra ajudar no desenvolvimento e na qualidade de vida do estado”, afirmou categoricamente o então candidato na época. Pois quem anotou a promessa e confiou na assinatura se deu mal.

A Corsan atende, hoje, a dois terços dos municípios do Rio Grande do Sul, totalizando 317 cidades. Desses, pouco mais de 20% geram retorno financeiro. Por meio do mecanismo do subsídio cruzado, a Corsan consegue sustentar o serviço de saneamento nestas cidades. Através desse me-

canismo solidário, o lucro obtido nos maiores municípios permite a prestação de serviços nos municípios menores. Em caso de ser vendida à iniciativa privada, a nova empresa manteria esse instrumento solidário de subsídio cruzado para garantir os serviços de saneamento nas menores cidades? Uma das empresas interessadas na Corsan, aliás, é a Equatorial Energia, que comprou a CEEE-D por R\$ 100 mil.

A Associação dos Engenheiros da Corsan (Aeco) divulgou uma nota, no dia 29 de julho, alertando que o Rio Grande do Sul abrirá mão de R\$ 4 bilhões em investimentos diretos no saneamento com a privatização da Corsan. Além disso, acrescentou a entidade, caso a privatização seja concretizada, os pequenos municípios (que representam cerca de 80% dos municípios do estado) poderão ficar desassistidos.

Hoje, apontou a entidade, apenas 70 municípios (médios e grandes) são viáveis economicamente para uma eventual Corsan privada. Nesses municípios, há consumidores suficientes para suportar

uma tarifa capaz de garantir a taxa de retorno para o investimento. E os mais de 250 municípios que não seriam rentáveis economicamente, como ficariam?

Para o diretor da Aeco, Eduardo Carvalho, caso a Corsan seja privatizada, o Rio Grande do Sul corre o risco de ser obrigado a criar outra estatal só para atender aos municípios que ficaram sem saneamento. Foi o que aconteceu em Tocantins, lembrou Carvalho, onde os 40 maiores municípios do estado ficaram com a iniciativa privada e os demais, não rentáveis economicamente para essa empresa, voltaram a exigir daquele estado o serviço de saneamento básico.

Além de extinguir o instrumento do plebiscito por meio do qual a população poderia se manifestar sobre essa proposta, o governo Eduardo Leite está pressionando prefeitos com a tese de que as mudanças de contratos envolvendo a prestação de serviços na área de saneamento não precisam passar pelo crivo das Câmaras de Vereadores. Tudo dentro de um “modelo transparente” de privatização, é claro.



Unidade móvel do projeto 'Fique Sabendo', da prefeitura de Porto Alegre, leva testes rápidos de HIV, sífilis e hepatites B e C aos abrigados do Asilo Padre Cacique

Foto: César Lopes/PM/PA

**A** Aids ainda mata. O Ministério da Saúde registrou 10.565 mortes em 2019 no país. O Rio Grande do Sul ficou na segunda colocação, com 7,6 por 100 mil habitantes, entre as 11 unidades da federação que tiveram índices acima da média nacional (4,1). O Pará foi o primeiro, com 7,7. Desde 1980, foram quase 350 mil óbitos. Em 2019, foram diagnosticados 41.909 novos casos de HIV e 37.308 de Aids. Entre 1980 e junho de 2020 foram contabilizados mais de 1 milhão de casos de Aids. Hoje, o Brasil é um dos países da América Latina com aumento de diversos índices de HIV nos últimos anos, segundo o Programa da Organização das Nações Unidas para HIV/Aids (Unaid). Um dado revelador do relaxamento das políticas de prevenção: em 2019, a Aids entre jovens de 14 e 24 anos chegou a 16,7 por 100 mil habitantes no RS, quase a média geral do país.

"O Brasil acabou com a Aids por decreto", ironiza Carlos Ebeling Duarte, vice-presidente do Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (Gapa). "O departamento do Ministério da Saúde deixou de ser HIV/Aids para se tornar de doenças crônicas", critica. Duarte refere-se ao decreto assinado em 2019 pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) que reduziu o departamento a uma coordenação, intervindo no programa que foi referência internacional no tratamento e prevenção da Aids. A doença provocada pelo vírus HIV abre portas para infecções oportunistas que podem levar à morte, como a tuberculose.

Na década de 1990 e início dos anos 2000, os casos de Aids relacionados ao uso compartilhado de seringas entre consumidores de cocaína chegaram a 30% no estado, diferentemente do resto do país. "Desde lá, a heterossexualização da pandemia continua levando Porto Alegre e RS à liderança no país. Sífilis, Tuberculose e Hepatite C guardam substantiva correlação com a pandemia de Aids. As causas não incluem diferenças em práticas sexuais ou subtipos mais infectantes do vírus HIV. Se devem à incapacidade do

# Por que o Rio Grande do Sul é líder há décadas em Aids e outras doenças?

por Cristina Ávila

*Porto Alegre e o Rio Grande do Sul se destacam em estatísticas de HIV/Aids no Brasil desde a década de 1990. Os motivos que explicam a permanência em cenários negativos são múltiplos e passam por questões sociais, culturais, educacionais, econômicas, políticas e até geográficas. No mais recente levantamento oficial, a capital gaúcha apresentou taxa de 58,5 casos de Aids por 100 mil habitantes, mais do que o dobro do estado (28,3) e mais do que o triplo da média nacional (17,8), conforme o boletim epidemiológico, de dezembro de 2020, do Departamento de Doenças e Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde*

sistema de saúde em responder às características da epidemia de Aids”, explica o médico Ricardo Kuchenbecker, professor de Epidemiologia da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs).



Foto: Acervo Pessoal  
Saúde tem dificuldades em responder às características da pandemia de Aids, aponta Kuchenbecker

## Novos padrões de contaminação

A Un aids recomenda que os países conheçam ‘suas epidemias’, pois cada território tem razões muito específicas que influenciam a incidência de doenças. Essas razões estão em contínuas mudanças, repara Veriano Terto Jr, vice-presidente da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia), entidade fundada em 1986 pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. “Até mesmo as drogas mudam. Se nos anos 1990 os índices de Aids cresceram na região metropolitana de Porto Alegre por causa do compartilhamento de seringas no uso de cocaína injetável, com o crack mudaram os padrões de contaminação”, compara.

Psicólogo com doutorado em saúde pública, Veriano foi professor visitante do Departamento de Antropologia da Ufrgs, entre 2002 e 2004, e assumiu um protagonismo

em ações de esclarecimento sobre a HIV/Aids no estado. Ele considera absurda a falta de informações, independentemente de classe social, sobre cuidados básicos.

“Pouca gente sabe, por exemplo, o que se chama profilaxia pós-exposição. Isso significa que se numa sexta-feira você transou com alguém sem camisinha ou a camisinha estourou, você pode procurar o serviço de saúde na segunda-feira, porque, em 72 horas, é possível fazer um tratamento de 30 dias com medicamentos antiretrovirais, para evitar a Aids. Também é possível para profissionais do sexo fazerem um programa continuado de medicações ofertadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS)”, que pode, inclusive, ser interrompido se for desejável, sendo observadas orientações médicas, esclarece.

“A sociedade atual, conserva-

dora, também evita que a educação sexual seja debatida nas escolas, obviamente favorecendo a ignorância sobre os riscos de doenças”, acrescenta.

Mas as razões para a falta desse tipo de conhecimento básico, segundo ele, se devem especialmente ao desaparecimento de organizações não governamentais, que perderam financiamentos de programas de governos. Essas instituições assumiam grande responsabilidade na disseminação de informações, acolhimento de pessoas e assistência jurídica e de saúde mental, por exemplo. “Nas paradas gay até 2003, os governos do estado e do município tinham presença forte nesses momentos, e as ONGs estavam lá com barracões e balões infláveis, distribuindo camisinhas e subindo ao palco para falar em prevenção”, ilustra.

## Estratégias de prevenção

Veriano lembra que Porto Alegre viveu experiências exitosas de prevenção. “As drogas foram tratadas por governos gaúchos como questão de saúde e não de polícia”, recorda. Ele cita que, entre os próprios usuários, eram selecionados agentes de saúde para serem educadores em vilas onde o SUS não podia ter acesso; eram populações marginalizadas que somente os usuários podiam mobilizar. “Programas desse tipo foram abandonados.”

Outro destaque nas investigações na capital gaúcha foi uma pesquisa da Ufrgs no Partenon, por causa do alto número de casos confirmados no bairro. “Mapearam redes de contatos de pessoas soropositivo e ficou constatado o padrão de transmissão por contaminação por sangue, sexual e vertical. Ou seja, as pessoas com-

partilhavam seringas, transavam entre si e as mães passavam o vírus HIV aos filhos. Esse tipo de pesquisa hoje seria extremamente necessário. Não é só Porto Alegre, acontece em Alvorada, Gravataí, Cachoeirinha e no caminho da BR, Esteio, Sapucaia do Sul”, ressalta Veriano.

Nos números de 2019, outro recorde de Porto Alegre é o de maior taxa de contaminação por HIV de grávidas, atingindo 17,6 casos por mil nascidos vivos, seis vezes superior ao índice nacional, quase duas vezes mais do que o Rio Grande do Sul (9,0). No Brasil, houve aumento de 21,7% da taxa de infecção de 2009 (2,3) para 2019 (2,8), aumento explicado, em parte, também pela ampliação do diagnóstico pré-natal.

Conforme o vice-presidente da Abia, vários corredores de exporta-



Foto: Igor Sperotto

Testagem para HIV/Aids no Sanatório Partenon

ção de produtos, como o porto de Rio Grande e as fronteiras do Chuí e de Uruguaiana, são caminhos de uma população com mobilidade muito expressiva, como os mercados sexuais, que caracterizam a necessidade de estratégias especiais de atendimento. Ele observa que HIV/Aids não são característi-

cas de pobreza, mas de desigualdade. E aponta como exemplo Macaé, no Rio de Janeiro, que prosperou com o petróleo. “Quem não conseguiu emprego contribuiu para um cinturão de favela onde os índices da Aids cresceram muito, com reflexo em outros municípios, como Rio das Ostras”, constata.

## Desigualdades estruturais

Doenças como HIV/Aids, tuberculose, sífilis e hepatite C estão muito relacionadas no Brasil às desigualdades estruturais, afirma o médico sanitário Antônio José Leal Costa, professor de Epidemiologia e diretor do Instituto de

Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Costa lembra que essas doenças podem ser transmissíveis, mesmo quando ocultas, sem sintomas, o que exige rastreamento pelos serviços médicos.

“Por isso a importância da articulação da atenção individual com as ações de vigilância em saúde, de um sistema de saúde organizado em rede e pautado nos princípios que regem o SUS: a universalidade, a integralidade e equidade”, alerta.

Essas doenças acometem principalmente grupos populacionais estigmatizados, à margem da sociedade, com altíssimas prevalências em grupos privados de liberdade, excluídos de políticas públicas e políticas de saúde, acrescenta.

# Moeda social para enfrentar a desigualdade

por Cátia Cylene

*Na contramão dos bancos comerciais, que excluem a maior parcela da população ao negar crédito, cobrar juros altos e impor muita burocracia, as instituições comunitárias apostam no potencial de empreendimento e geração de renda nas periferias – que, segundo levantamento do Instituto Locomotiva, movimentam R\$ 168 bilhões por ano em todo o país*

**P**ara salvar a economia do planeta, é preciso apostar na produção e no consumo dentro das comunidades, aponta o cearense Joaquim Melo, diretor do Instituto E-Dinheiro Brasil e coordenador-geral da Rede Brasileira de Bancos Comunitários – a qual reúne 120 instituições financeiras de caráter comunitário em 47 municípios, com 145 mil usuários cadastrados – contingente que movimenta cerca de R\$ 40 milhões por mês.

A circulação de recursos com a intermediação dos bancos comunitários em todo o país, o que englo-

ba todas as operações do comércio e dos serviços e R\$ 300 milhões em créditos, superou R\$ 1,1 bilhão de janeiro a dezembro de 2020. Nessa contabilidade é preciso lembrar que o movimento de recursos é diferente da entrada de dinheiro, ressalva Melo, que calcula um resultado de R\$ 300 milhões no período.

No Ceará, o uso de moedas sociais no primeiro semestre do ano passado cresceu 60,6%, com um volume de R\$ 8,2 milhões em operações nos bancos comunitários.

Fundador do Palmas, instituição precursora dos bancos comunitá-

rios no país, Melo foi responsável pela circulação da primeira cédula de microcrédito, em 1998. Ele enfatiza que o dinheiro das pessoas que vivem nas comunidades circula localmente, é gasto ali mesmo. Por isso, ganha quem apostar nessa economia local. A moeda social, ele diz, é a alternativa para o enfrentamento da desigualdade e a motivação para implementar e gestar iniciativas pautadas pelos princípios da economia solidária voltadas ao desenvolvimento de territórios por meio do fomento à criação de redes locais de produção e consumo.

As operações mais comuns das instituições da Rede são pagamentos de serviços, transferências e compras no comércio das comunidades – em um universo de 14 mil estabelecimentos comerciais. No município de Maricá, no estado do Rio de Janeiro, o Banco Mumbuca triplicou o número de clientes desde o ano passado, de 3 mil para 10,4 mil comércios credenciados.

A vantagem é que tudo que se compra e se paga, ou seja, o dinheiro que circula, permanece dentro da própria comunidade. “A gente acredita que ainda terá uma



Cenira comercializa roupas, artesanato e o churrasco dos finais de semana, além de organizar a doação de marmitas e insumos para a comunidade da Vila Bom Jesus, em Porto Alegre

explosão de bancos comunitários daqui para frente, justamente porque o Brasil está sem perspectivas em nível federal. A gente acredita que a solução é local”, destaca Melo.

No banco comunitário municipal, a taxa administrativa de 2%, paga pelo comerciante, retorna para o banco na forma de fundo e é emprestado a juros zero, ou, no máximo, por meio por cento, para o cidadão. São créditos de um banco local, que gera essa verba através de produção e consumo locais, cujas taxas retornam para fortalecer a economia, aponta o

coordenador da rede de bancos comunitários.

**FUNÇÃO SOCIAL** – No bairro Sarandi, zona norte de Porto Alegre, o Banco Comunitário de Desenvolvimento Justa Troca, que mantém 300 pessoas cadastradas, vem se firmando como referência para o desenvolvimento local e a autonomia nas comunidades. No ano passado, a instituição promoveu oficinas para a confecção de sabão e, agora, em setembro, serão retomadas as oficinas de costura, crochê, cuidado de idosos e manicure. O banco criou sua moeda própria, o *Justo*.

Nelsa Inês Fabian Nespolo, relações institucionais do Justa Trama e presidente da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários no Rio Grande do Sul (Unisol RS), reafirma a importância da função social dessa iniciativa. “Bancos comunitários são uma estratégia de desenvolvimento, importantes para uma mudança estrutural da sociedade. O banco reorganiza o local, traz o debate sobre a questão financeira, faz pensar para onde vai nosso dinheiro e incentiva a criação de iniciativas de fontes de trabalho e renda”, enumera.

Foto: Divulgação



Nelsa Nespolo, do Justa Trama, banco comunitário que tem moeda própria e 300 clientes nas comunidades da zona norte de Porto Alegre

## ECONOMIA SOLIDÁRIA

### Fortalecimento pelas redes

Alguns bancos comunitários seguiram se articulando e desenvolvendo ações de forma on-line. É o caso do Banco Comunitário Cascata, do bairro Primeiro de Maio, na capital gaúcha. Em 2020, em parceria com o coletivo Misturando Arte e a Flocruz, costuraram máscaras, produziram sabão e distribuíram esses insumos na comunidade.

Após essa ação emergencial, as vendas em feiras presenciais deram lugar à comercialização na modalidade virtual. Para se adaptar a essa nova realidade, a instituição buscou a assessoria do Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa (Nega) da Ufrgs para desenvolver estratégias de vendas on-line.

“Queremos atuar na formação de ações que vão gerar renda. Ensinar a transformar aquela farinha que vem na cesta básica em pão, em bolos, e virar sustento para aquela mulher”, ressalta Jocelaine Santos da Silva, presidente da instituição.



Bancos comunitários movimentam R\$ 40 milhões por mês em fomento à produção e consumo nas periferias

### Tempo como moeda social



Experiência do Banco do Tempo, de Portugal, em que a moeda de troca é o tempo dos serviços, foi replicada no Brasil em Curitiba (PR), Garopaba (SC) e em Novo Hamburgo (RS)

O Banco de Tempo Lomba Grande, na zona rural de Novo Hamburgo, criou possibilidades de troca de horas trabalhadas nas hortas por alimentos cultivados sem veneno, uma iniciativa para garantir o acesso das famílias aos alimentos. “Somos uma experiência de autogestão e soberania alimentar que conecta comunidades urbana e rural. Quem gosta do trabalho com a terra, tem tempo disponível e precisa garantir a sua alimentação encontra aqui uma maneira pedagógica de suprir suas necessidades alimentares, além de poder trocar saberes e momentos importantes ao ar livre”, enfatiza a bióloga Solange Mânica, responsável técnica do projeto.

Até abril deste ano, o Banco de Tempo envolveu 57 famílias, sendo que 14 pessoas trabalharam 923 horas, que foram trocadas por 843 unidades de verduras e 37 sacos de compostos orgânicos. Nesse mesmo período, outras 43 famílias adquiriram cestas de produtos agroecológicos cultivados no organismo agrícola da Família Bühler, onde funciona o banco.

**INVISTA NOS SEUS SONHOS.**  
+ rentabilidade para você voar mais longe.

**INGRESSE AGORA**  
**(51) 99335. 2387**  
[www.sinprosrprevidencia.com.br](http://www.sinprosrprevidencia.com.br)

INSTITUIDOR: **SINPRO/RS** Sindicato Cidadão  
GESTOR DO PLANO: **FUNDAÇÃO FAMÍLIA** PREVIDÊNCIA

# Renda e identidade comum na Vila Bom Jesus

por Adriana Lampert

Característica fundamental para todo o empreendedor, resiliência é uma boa definição para traduzir o dia a dia de boa parte da comunidade da Vila Bom Jesus, na zona leste da Capital. Abrigando cerca de 50 mil moradores, e estigmatizada pela ação do tráfico, da pobreza e da violência, a região também é território fértil para a economia solidária.

É lá que a microempreendedora Cenira Vargas da Silva, de 55 anos, realiza diversificadas atividades comerciais e sociais. Além de administrar um bazar de roupas e artesanato feitos com material reciclado (a exemplo de fibra de garrafa pet) ou fruto de doações, ela é referência na localidade quando o assunto é comprar o churrasco ou o galeto do final de semana.

"Domingo, perto do meio-dia, lota a frente do meu negócio. O pessoal gosta bastante", comenta Cenira. "Tudo é vendido no mesmo endereço, a preços acessíveis." O local também é ponto de compra e venda de alumínio, além de sediar a sala de costura da empreendedora.

Paralelamente, a cada 15 dias, dona Cenira distribui cerca de 150 marmitas de comida (feitas com alimentos que arrecada de doação de supermercados do bairro) para famílias em maior vulnerabilidade. Além disso, ela costuma doar sabão líquido (que fabrica com óleo reciclado) e máscaras (costuradas por ela e um grupo de artesãs parceiras), para a vizinhança se proteger da covid-19.

Delegada do Movimento Nacional de Luta pela Moradia da Região Leste, conselheira do Orçamento Participativo, integrante da Rede Ideia Avesol (de economia solidária e voluntariado), ela ainda está à frente do grupo Arte Mãe da Vila Bom Jesus. Este último conta atualmente com 12 artesãs, que também vivem da venda de mantas, trilhos para mesa, bolsas, roupas, e outros produtos feitos da fibra de garrafa pet.

Perto dali, outra moradora da comunidade Bom Jesus – dona



Foto: Igor Speratto

Aos 80 anos, Haidee recicla de tudo em oficinas de arte para as mulheres da Vila

Haidee da Rosa Brito de Lucena, de 80 anos –, reaproveita caixas de ovos, garrafas pet, rolos de papel higiênico, palitos de sorvete, latas de café, entre outros materiais, para usar nas oficinas de arte que ministra para mulheres da Vila. Ela vive da criatividade, produzindo bolos fakes e outros itens decorativos para eventos da vizinhança. "Casamentos, chás de fralda, aniversários, festas de 15 anos", resume. "Como está tudo parado, estou investindo agora mais em brechó e loja de bijuterias", pondera dona Haidee.

Além desse cenário, outros negócios atendem à demanda dos vizinhos da "Bonja", como é conhecida a região entre os locais. São dezenas de lancherias, restaurantes, pizzarias, que trabalham com tele-entrega, grande oferta de fretes, e outros serviços que viabilizam ser atendidos sem sair do bairro, como a aplicação de piercings e design de sobrancelhas.

Há, ainda, um sistema de uber independente, para atender com transporte individual aos vizinhos que enfrentam preconceito e recusa de serviços em apps co-

muns quando a solicitação é feita de dentro da Vila ou com destino ao bairro. Um dos motoristas que atuam em um dos três pontos de embarque ou chamada – e que prefere não se identificar – explica que os valores são fixos, dependendo do destino. "Os deslocamentos dentro da Bonja custam R\$ 7,00. Para ir até à Protásio Alves (uma das fronteiras do bairro), são R\$ 10,00, e para o Centro, o valor é R\$ 25,00", comenta.

"Funciona como um ponto de

táxi, e somos acionados por whatsapp, onde nos comunicamos em um grupo privado." Atualmente, a Vila conta com, pelo menos, 30 veículos disponíveis para atender à vizinhança. O negócio agradou tanto que os motoristas contam inclusive com clientes fixos. "Além de ter certeza que será atendido, o usuário também se beneficia de não ser obrigado a pagar tarifas dinâmicas", valoriza o motorista, que trabalha no ramo há oito meses.



Foto: Igor Speratto

"Uber" alternativo tem tarifa fixa e leva passageiros onde os motoristas de aplicativos convencionais não querem entrar

# Novo Ensino Médio: construção pedagógica sem protagonismo docente

*O debate e a implantação do Novo Ensino Médio ocorrem com pouca participação dos professores do ensino privado, aprofundando uma prática recorrente de ausência docente nas construções pedagógicas das escolas particulares do estado. Poucos foram chamados a contribuir e muitos talvez tenham suas horas-aulas e salários reduzidos*

por Jacira Cabral da Silveira

Um dos impactos mais preocupantes do Novo Ensino Médio na vida do professor da rede privada é a possível redução de carga horária de algumas disciplinas em função da mudança curricular prevista com a reforma. Por conta da inserção dos itinerários formativos, que passam a representar 1,2 mil horas, o currículo da formação geral fica mais enxuto, reduzindo das antigas 2,4 mil horas para 1,8 mil. Para a diretora do Sinpro/RS Cecília Farias, os professores não foram adequadamente incluídos no debate sobre o Novo Ensino Médio, o que aprofunda a recorrente ausência docente nas construções pedagógicas das escolas privadas. "Os professores não foram envolvidos nas novas propostas com antecedência.

## Redução de salários

No início de 2022, muitos professores que estavam estáveis economicamente poderão ter seus salários reduzidos em consequência da diminuição da oferta de horas de sua disciplina. "Esse é um grande problema do professor que só aumenta o salário aumentando a carga horária, se diminui a carga horária, diminui o salário.

A gente nunca tem estabilidade nesse sentido", argumenta Margot Andras, diretora de Educação, Formação e Cultura do Sinpro/RS.

A redução de salários é restrita ao ensino privado, não tem risco de ocorrer nas escolas públicas, em que os professores são concursados, com regimes de 20 e 40 horas, acrescenta.

Bruno Eizerik, presidente do

## Educação para o mercado

Margot também alerta sobre os itinerários formadores e os equívocos que podem vir a ser praticados nas instituições de ensino privado, na tentativa de adaptar a escola conforme o desejo das famílias. Um diretor de escola, exemplifica ela, comemorou que um dos itinerários que sua escola irá oferecer será a formação de condutores para que o aluno tire a carteira de motorista no terceiro ano do ensino médio.

Como consequência desses possíveis equívocos relacionados aos itinerários formativos, Margot pre-

vê a perda de espaço reflexivo na escola. Ao buscar atender a uma demanda voltada para o mercado, fruto do anseio das famílias de classe média, e média-alta, a escola irá acabar regredindo na oferta de um ensino que valoriza diferentes pontos de vista, para promover uma educação com a qual "os alunos vão ficar cada vez mais bitolados, cada vez mais engessados em cima de um único ponto de vista", projeta.

A professora destaca, ainda, a falta de protagonismo do professor nessa discussão. No momento em



Isso já aconteceu na implantação do ensino fundamental de 9 anos e agora com o ensino médio está acontecendo de novo", destaca.

O fato de os professores não serem envolvidos no planejamento tem consequências muito sérias, avalia a dirigente, porque é o professor que desenvolverá as ações de planejamento da implantação do Novo Ensino Médio. Ainda que algumas escolas privadas estejam contratando assessorias, Cecília argumenta que o fazem mais no sentido de explicar o que é a reforma, mas que deixa muito a desejar quanto à operacionalização das novas estratégias, uma vez que é o professor que está na ponta desse processo.

Sindicato das Instituições de Ensino Privadas (Sinepe/RS), relativiza o diagnóstico.

Ele afirma que é necessário "tranquilizar os professores". "Vamos pensar um professor de Sociologia. Acabou a Sociologia? Não, a Sociologia vai estar ali. Talvez não tenha uma disciplina com esse nome, mas quando vou trabalhar

conceitos importantes como ética ou cidadania, vou precisar daquele professor que ministrava Sociologia – o fato de não existir mais a disciplina não quer dizer que não vou precisar do professor, ou que vai diminuir a carga horária. Não, nós devemos, inclusive, ter aumento de carga horária para alguns professores", argumenta.

que os professores fossem chamados a participar das discussões a respeito da construção e implantação do Novo Ensino Médio, especialmente na rede privada de ensino, seria mais fácil a elaboração de propostas de itinerários formativos aproveitando esses professores e seus potenciais dentro de suas áreas de conhecimento, avalia.

Para além dessa disputa de espaço na carga horária, Cecília Farias alerta para o fato de que os profissionais responsáveis por esses itinerários poderão ser profissio-

nais de notório saber. "Isso é uma preocupação muito grande porque não é só a oferta de novos componentes curriculares, mas uma questão de saber como tratar pedagogicamente esses novos componentes curriculares, para que eles sejam inseridos no processo de conhecimento, de aprendizagem", afirma.

Embora reconheça a necessidade de novos ares no ensino médio, a fim de que haja maior interesse do aluno, "é fundamental que a escola siga como um espaço pedagógico de aprendizagem", ressalta.

## Professores da Uergs e da Fundação Liberato acumulam perdas salariais superiores a 15%

Em Carta Aberta endereçada ao governador Eduardo Leite, os sindicatos que representam os trabalhadores da administração indireta do estado (celetistas) demonstraram à população gaúcha e ao governo estadual sua inconformidade com as perdas salariais, que já ultrapassaram os 15%. É o caso dos professores da Fundação Liberato, de Novo Hamburgo, e da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), representados pelo Sinpro/RS.

“O governo está há dois anos sem repor sequer a inflação aos salários e às cláusulas econômicas”, afirma Amarildo Cenci, diretor do Sinpro/RS. “Neste ano, não discutiu nem mesmo o parcelamento para o ano que vem. Alega uma lei de teto de gastos – que é real, porém tem validade até dezembro –, e quer aproveitar a oportunidade para não negociar e tenta retirar direitos, como o plano de saúde”, relata.

Ceci diz que o Sinpro/RS unifi-

cou as pautas com o Semapi (entidade que representa os trabalhadores em fundações) e o Senge (Sindicato dos Engenheiros), entre outros sindicatos, compondo uma frente de lutas e de negociação com o governo, a qual originou inclusive a Carta Aberta, veiculada no jornal *Correio do Povo* do dia 27 de julho.

No documento, os representantes dos trabalhadores exigem a reabertura das negociações e a discussão sobre a reposição de perdas e destacam que não aceitarão o adiamento das negociações para 2022.

**UERGS E LIBERATO** – Segundo a presidente da Associação dos Docentes da Uergs (Aduergs), Gabriela Silva Dias, esta é a pior situação dos professores da Universidade em 20 anos. “Sempre a categoria conseguiu manter os direitos adquiridos ao longo dos anos e repor os percentuais da inflação. Atualmente, há uma intransigência do governo nas negociações, que não podemos



Para a presidente da Associação dos Docentes da Uergs (Aduergs), Gabriela Silva Dias, esta é a pior situação dos professores da Universidade em 20 anos

chamar de negociações e sim de imposições, restrição dos direitos e redução do salário.”

O professor da Fundação Liberato e diretor do Sinpro/RS, Daniel Sebastiani, diz que a inflação acumulada até março é de 14,73%. “Este número já aumentou, pois

estamos encerrando julho. E também há defasagem financeira nas cláusulas sociais, como auxílio-alimentação e auxílio-creche”, destaca. “Não dá para abrir mão de reposição neste ano, pois até março do ano que vem se projetam perdas perto de 20%.”

### SOLIDARIEDADE

## Professores reforçam doação de alimentos e roupas



Dia da Solidariedade: drive thru em Porto Alegre recebeu mais de 300 quilos de alimentos, além de cobertores

Com a onda de frio que atingiu o Rio Grande do Sul no mês de julho, o projeto *Professores Solidários* intensificou suas ações com a ampliação de doações de alimentos e cobertores para as comunidades mais vulneráveis e em insegurança alimentar no estado.

A iniciativa foi possível com a arrecadação de cestas básicas e cobertores doados pelos professores no *drive thru* do dia 10 de julho, Dia da Solidariedade. Participaram dessa ação, que foi promovida também em todo o estado pelas centrais sindicais e pelos movimentos sociais, professores de Porto Alegre, Lajeado, Santa Maria e Pelotas.

Ao todo, foram recolhidos mais de 300 kg de alimentos e dezenas de cobertores. Os alimentos também foram entregues a professores que perderam o emprego durante a pandemia.

Nas últimas semanas de julho, com as doações feitas em dinheiro pelos professores, o projeto adquiriu cobertores e mantas

que foram entregues para pessoas em situação de rua na capital e em outras cidades do interior.

“O inverno amplifica a necessidade das doações e, com a ajuda da categoria, podemos ajudar ainda mais famílias em dificuldades”, explica Celso Stefanoski, diretor do Sinpro/RS e integrante do projeto *Professores Solidários*. Ele lembra aos professores que as doações podem ser feitas em dinheiro por transferência bancária (conta exclusiva do projeto) ou em alimentos entregues diretamente nas sedes do Sindicato.

Criado pelo Sinpro/RS em 2020 para atender aos atingidos pelos efeitos econômicos da pandemia da covid-19, o projeto *Professores Solidários* já distribuiu alimentos para mais de 700 famílias, com as doações recebidas da categoria.

Mais informações sobre o projeto podem ser acessadas no site do Sindicato ([www.sinpro.rs.org.br](http://www.sinpro.rs.org.br)).

#### Como contribuir:

O projeto *Professores Solidários* dispõe de uma conta bancária para transferência e PIX de qualquer valor:

Chave PIX – 51 99733-7506

Banrisul: Banco 041, Agência: 0100, Conta corrente: 06.253.0242-2, CNPJ Sinpro/RS: 92.948.389/0001-10

### Sinpro/RS se manifesta na Recuperação Judicial da Rede Metodista

O Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) apresentou, no dia 2 deste mês, questionamentos sobre os valores correspondentes a créditos dos docentes ao administrador da Recuperação Judicial (RJ) da Rede Metodista. A demanda decorre dos prazos previstos na publicação do Edital com a relação dos credores, ocorrida no dia 16 de julho. O Plano da RJ foi apresentado no dia 9 de julho na Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências de Porto Alegre.

O PRJ prevê a venda de imóveis não utilizados em atividades educacionais para o pagamento das dívidas. Também, garante que aproximadamente 90% dos credores trabalhistas receberão seus valores integralmente.

“O Plano é documento obrigatório, devendo fixar os parâmetros pelos quais ocorrerá a Recuperação, tanto na perspectiva de pagamento dos credores, mas também para o futuro da instituição”, explica Caio Zógbi Victória, assessor especial do Sinpro/RS na RJ da Rede Metodista. “O Sinpro/RS está analisando o PRJ e apresentará manifestação judicial no prazo legal.”

**PASSIVOS TRABALHISTAS** – Segundo Marcos Fuhr, diretor do Sindicato, há 32 ações coletivas ajuizadas contra a Rede Metodista, na sua maioria cobrando multas por atrasos salariais, e o Sinpro/RS está empenhado em habilitar essas ações no âmbito da RJ. Como esses processos ainda não estão transitados em julgado, nem em fase de

liquidação, a proposta do Sindicato é a de que se façam acordos.

“Hoje, com os salários pagos, mesmo que com atraso ou por meio de acordos, restaram as multas. Há também verbas rescisórias que permanecem pendentes das ações que têm como beneficiários os docentes demitidos”, contextualiza Fuhr. Conforme ele, a quantificação dos valores depende ainda de informações pendentes da Rede.

**HISTÓRICO** – A Educação Metodista ingressou com o pedido de RJ no dia 29 de abril. As instituições metodistas acumulam dívidas de cerca de R\$ 500 milhões, oriundas majoritariamente de passivo trabalhista, uma parcela importante referente a dívidas com bancos e uma parcela menor

com fornecedores. A Rede tem 11 colégios e seis instituições de educação superior no Rio Grande do Sul, em São Paulo e Minas Gerais.



Centro Universitário Metodista IPA

### Sustentabilidade e manutenção de empregos

Os professores da Rede Metodista receberam com muita satisfação a integralidade do salário no início de julho, pela primeira vez no espaço de um ano e meio, de acordo com Marcos Fuhr. Ele explica que uma das exigências da RJ em andamen-

to é a manutenção da regularidade dos seus compromissos e contratos.

“Das instituições da Rede, o IPA é uma com alto déficit financeiro. Tanto que só foi possível a normalização do pagamento dos salários, segundo alegação dos gestores da

Rede, graças à continuidade da política de repasses entre instituições, além de aportes bancários/financeiros”, destaca o dirigente sindical.

Conforme ele, essa circunstância do IPA fez com que se constituísse uma mesa, integrada por gestores

da Rede e do Sindicato, para discutir a viabilidade da instituição, durante e depois da RJ, de forma a garantir sua sustentabilidade. “Já foram feitas quatro reuniões, com vistas a uma proposta que será levada à avaliação dos professores”, afirma.

#### SINPRO/RS DEBATE

### Novo ensino médio: reflexos e perspectivas para os professores

O projeto Sinpro/RS Debate realiza, nos dias 10 e 12 de agosto, painéis sob o título principal *Ensino médio: reflexos e perspectivas para os professores*, com a proposta de tratar sobre as alterações que entrarão em vigor a par-

tir de 2022. A programação terá transmissão ao vivo pelo canal do Sinpro/RS no Youtube, sempre às 18h30, e será gravada.

No dia 10, o tema central será *Perspectivas do Novo ensino médio*, tendo como painelistas já con-

firmados os professores Roselane Zordan Costella e Sani Belfer Cardon, que abordarão os aspectos conceituais, sua pertinência e suas prováveis dificuldades. No dia 12, a temática será *Experiências docentes na implantação do ensino*

médio, tendo como painelistas já confirmados os professores Camilla Fabis, Leandro Batista da Silva e Fabiana Pires. O painel apresentará experiências de instituições de ensino que estão vivenciando este processo na sala de aula.

#### APOSENTADORIA

por Daisson Portanova  
Advogado da Apaepers



### Passos da aposentadoria e prova de regência de classe

A evolução, ou melhor, a involução da proteção previdenciária a todos os segurados, mais uma vez atingindo os professores, foi marcada ao longo do tempo e, após interpretação, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu como sendo uma aposentadoria com tempo reduzido, não mais especial.

Entretanto, há exceções: os casos nos quais os professores ministram aulas práticas expostos a agentes biológicos, químicos, tanto no ensino fundamental, quanto no médio e superior, pois a presença desses agentes ainda persistia como proteção à aposentadoria especial.

Lembrando: no advento da Reforma de 2019, há exigência de idade mínima para a aposentadoria especial pós-Emenda.

Em que pese se tratar de uma situação específica da categoria, em

regra as peculiaridades destinadas à concessão do benefício devem ser aditadas de outros elementos, em especial a comprovação da atividade e o efetivo exercício do magistério.

Assim como deveria ser estimulada a entrega do Perfil Profissional Previdenciário para professores expostos a agentes nocivos quando da rescisão do contrato de trabalho e homologação final do sindicato, é de suma importância exigir-se do empregador a prova de outra condição: a regência de classe.

Para o INSS, ausente o documento essencial e probante da atividade do magistério em sala de aula, não estariam comprovados os elementos e requisitos para esta aposentadoria com tempo reduzido.

## Prêmio Educação RS chega à sua 24ª edição

O lançamento da edição 2021 no dia 6 de agosto em evento on-line, transmitido pelo canal do Sinpro/RS no YouTube, abre o período de indicações de projetos, profissionais e instituições que promoveram inovações e aulas criadas em novos formatos durante a pandemia de covid-19.

As indicações poderão ser feitas pelo site do Prêmio ([premioeducacao.sinprors.org.br](http://premioeducacao.sinprors.org.br)) até 5 de setembro. Cada pessoa ou instituição poderá fazer uma indicação por categoria. O regulamento desta edição também pode ser acessado no site da edição.

**RECONHECIMENTO** – No último ano, o Prêmio Educação RS homenageou todos os docentes do ensino privado pela sua atuação no primeiro ano da pandemia.

“Foi muito importante reconhecer o trabalho realizado pelos professores em 2020. Em pleno andamento do ano letivo, tiveram que dar conta de novas tecnologias de informação, do meio virtual e realizar um novo planejamento pedagógico com alternativas para envolver e motivar os estudantes e propiciar o ensino-aprendizagem, mesmo que a distância”, explica Margot Andras, diretora do Sinpro/RS.

Neste ano, novamente o Prêmio será de forma virtual, mas pretende celebrar ações específicas. “Iremos premiar inovações, projetos, ações e aulas criadas durante esse período do isolamento e de trabalho remoto, em reconhecimento ao intenso trabalho e a capacidade de se reinventar, se apropriar das novas ferramentas e repensar todo processo educacional produzido pelos professores”, pontua Margot.

### SINDICALIZAÇÃO

## Campanha do Sinpro/RS com prêmios se encerra neste mês

Lançada em fevereiro, a Campanha de Sindicalização 2021 do Sinpro/RS, a qual garante prêmios aos sócios que sindicalizarem colegas, se encerra no dia 31 de agosto. A premiação aos sindicalizadores, proposta já trabalhada em edições anteriores, foi retomada em função da pandemia, que impede as visitas presenciais regulares da direção do Sindicato às escolas e instituições de educação superior. Até o fechamento desta edição, foram 50 indicações de novos sócios feitas por professores já sindicalizados.

Os associados que confirmarem a associação de cinco professores terão direito a uma pasta executiva de couro para notebook; os que associarem oito ganharão um celular Motorola One Vision; já aqueles que sindicalizarem 12 ganharão um notebook Dell. Regulamento e ficha de sindicalização estão disponíveis no site do Sindicato ([www.sinprors.org.br](http://www.sinprors.org.br)).

Há pelo menos três décadas, o Sinpro/RS realiza campanhas de sindicalização anuais. Em 2006, o Sindicato atingiu a marca histórica de 60% de sua base sindicalizada, um percentual significativo. “Professores sindicalizados tornam o Sindicato mais forte e representativo na defesa dos interesses da categoria”, destaca Sani Cardon, diretor do Sinpro/RS.



Foto: Igor Sperotto

## A MÁSCARA DE PROTEÇÃO FACIAL E O EXERCÍCIO FÍSICO

Use máscara. Este momento sensível solicita o comprometimento com a sua saúde e a daqueles que estão próximos.

Saiba o que nos diz a Sociedade Brasileira de Medicina do Exercício e do Esporte (SBMEE): apesar da dificuldade para inspirar oxigênio pela barreira física da peça, não há desequilíbrios metabólicos importantes.

Veja algumas dicas para maior conforto e tolerância à máscara na hora de malhar:

- Reduzir a intensidade dos exercícios e respirar mais devagar, porém sem comprometer o tempo em que se coloca o ar para fora.
- Usar modelos que reduzam o desconforto causado, principalmente pelo aumento da temperatura e da umidade no acessório.
- As camadas externa e interna devem ser de tecido hidrofóbico, que permita boa passagem de ar e troca de calor.
- E, por fim, a máscara cirúrgica descartável, por sua simplicidade e leveza, é uma boa alternativa para realizar exercícios!

### Mexa-se. Faz bem!

Nós, do Sinpro/RS, estamos promovendo e oportunizando a prática de exercícios físicos! Participe!



### Aulas on-line

Em parceria com a Unimed Porto Alegre, oportunizamos uma grade semanal de atividades físicas online, totalmente gratuita. Acesse e se inscreva: [www.unimedpoa.com.br/blogviverbem/agenda](http://www.unimedpoa.com.br/blogviverbem/agenda)

### Tem mais!!!

A Plataforma SOMOS MOVE - uma plataforma digital de videoaulas de Yoga, alongamentos, Treinamento Funcional, receitas e planos alimentares e muito mais. Tudo isso no seu celular ou desktop! É livre e gratuita para os associados e dependentes do Sinpro/RS. Acesse e faça seu cadastro.

[www.sinprors.org.br/saude/saude-do-professor/](http://www.sinprors.org.br/saude/saude-do-professor/)

Juntos em busca de mudanças positivas no seu estilo de vida!



Daniela Pichler - Diretora Técnica da Prax Consultoria Esportiva - CREF-RS-006882

# Muito obrigado, Paulo Freire!

**E**m um país de dimensões continentais, muitas poderiam ser as referências quando se trata de analisar os quadros de sua intelectualidade. No entanto, é consenso que – entre esses – o nome de Paulo Freire seja o mais proeminente. Mais que um professor, um educador. Seu ativismo pela educação tem deixado marcas significativas na formação de gerações de docentes e de outros profissionais da educação no Brasil e reverbera pelo mundo. Há cem anos de seu nascimento, o intelectual brasileiro tem inspirado cada vez mais educadores e pesquisadores de diversos países.

Em tempos de democracia abalada por arroubos autoritários e pela tentativa de captura do significativo liberdade – por um sistema econômico que faz apenas produzir iniquidades, projetando meticulosamente suas formas de exclusão e propondo como solução midiática formas de representatividade vazias –, revisitar Paulo Freire é um bálsamo de esperança para quem acredita em um futuro melhor. Um futuro de transformação que passa, invariavelmente, pela educação.

Paulo Freire tinha um projeto de educação para o Brasil a partir de uma pedagogia centrada na ideia de emancipação e autonomia, conceitos essenciais quando se pensa a formação humana e suas formas de transformação de indivíduos em sujeitos. Assim, a liberdade seria alcançada por um despertar de consciências instigado por uma educação crítica e criativa. Ser consciente na perspectiva *freireana* significa fazer com que os indivíduos compreendam sua real situação na sociedade, produzindo formas de identificação subjetiva. Foi esse movimento que permitiu que Freire abordasse a dicotomia opressor/oprimido em seu livro *Pedagogia do oprimido*, em 1968, como continuidade de outra importante publicação, feita em 1967, *Educação como prática de liberdade*, ambos escritos durante seu período de exílio no Chile.



## Educação libertadora

Nesse sentido, Freire propôs o rompimento com modelos educativos opressores a partir de uma educação libertadora, que se insinua sobre as esferas política, cultural, humana e social como forma de emancipação a partir de uma pedagogia fundada em uma ética da alteridade, do respeito e da dignidade como sinônimo de autonomia. Para tanto, valeu-se do conceito de práxis, entendendo que, para a transformação social, era necessária uma educação que aliasse teoria e prática: uma praxiologia potente, capaz de transformar também a produção da história.

A partir desses elementos, é possível inserir a ideia de educação *freireana* no rol das pedagogias críticas. Sua dialética vai ao encontro, exatamente, de um método que tem como imperativo evidenciar a relação indivíduo/realidade, o que acaba por aproximá-la da corrente materialista. Destarte, em Freire, a educação é evidenciada definitivamente como ato político –

seu dever por meio da práxis é a inserção social de indivíduos historicamente marginalizados –, sendo assim, impossível de ser dissociada de quaisquer pedagogias.

Inspirado por essas crenças, Freire desenvolveu um método educativo que alfabetizou 300 alunos em 40 horas ao longo de 45 dias. Foi o que bastou para que, em 1963 – durante o governo do então presidente João Goulart –, ele assumisse a coordenação da Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos, que foi descontinuada com o golpe militar em 1964, ano em que foi preso por 72 dias acusado de doutrinação marxista, embora afirmasse: “Cristo levou-me a Marx, mas eu nunca me neguei o direito de questionar a ambos”. Em seguida, no mesmo ano, foi obrigado a se exilar.

Paulo Freire retornaria ao Brasil em 1980, pós-Lei da Anistia, para retomar suas atividades acadêmicas na Universidade de Campinas e, logo após, na Pontifícia Univer-

sidade Católica de São Paulo, cidade onde, em 1989 – aos 67 anos – assumiria o cargo de secretário de Educação no governo de Luiza Erundina.

O fato é que, inegavelmente, Paulo Freire é um divisor de águas na educação mundial. Imagine-mos como seríamos um país diferente se seus Círculos e Centros de Cultura tivessem prosperado Brasil afora, e não sido proibidos pela ditadura. Ou, ainda, Paulo Freire hoje, com sua coragem e seu pensamento, aliando-se nas trincheiras dos movimentos sociais engajado na luta contra o fascismo. Pois bem, de alguma forma ele está lá, ele permanece em nós, professores. Um Paulo Freire redivivo em cada docente que se esforça para pôr em prática uma pedagogia baseada na solidariedade e na colaboração, capaz de integrar elementos técnicos, éticos, estéticos e políticos. Mais do que vivas e parabéns, muito obrigado, Paulo!



## A toca do coelho

*Alice entrou na toca atrás dele, sem ao menos pensar em como é que sairia dali depois. A toca do coelho, no começo, alongava-se como um túnel, mas, de repente, abria-se como um poço, tão de repente que Alice não teve um segundo sequer para pensar em parar, antes de se ver caindo no que parecia ser um buraco muito fundo*

O maior massacre em escolas nos Estados Unidos ocorreu em 2018 na *Marjory Stonemam Douglas High School*, na cidade de Parkland, na Flórida. O atirador, um ex-aluno de 19 anos que havia sido expulso da escola, usou um fuzil Smith & Weston M&P15, arma com a qual disparou durante seis minutos matando 17 pessoas e ferindo com gravidade outras 15. Nas redes sociais, o jovem manifestava sua adoração por armas, se relacionava com grupos neonazistas e supremacistas brancos e defendia o assassinato de mexicanos, negros e homossexuais.

O massacre produziu a campanha *Never Again MSD* por uma política de controle de armas de fogo nos EUA, organizada pelos sobreviventes. A campanha chegou ao seu ápice com uma grande marcha (*March for our lives*), que reuniu entre 1,2 milhão a 2 milhões de pessoas, um dos maiores protestos da história do país.

Um dos meninos sobreviventes da tragédia revelou, recentemente, que uma das piores coisas que ocorreu com ele foi, depois de tudo pelo que passou, ouvir de seu pai a "avaliação" de que a história do massacre não passava de uma farsa. "O fato de meu pai achar que o inferno absoluto pelo qual passamos, onde nove das vítimas estavam em nossa classe, foi um embuste piorou muito a situação. (...) Eu sequer contei isso aos demais, porque essa é uma dor que não quero que eles sintam", explicou. "Acho que meu pai ficou louco. Ele sempre foi muito conservador, mas agora QAnon consumiu

sua vida a ponto de despedaçar nossa família", disse. QAnon é o nome de uma teoria da conspiração da extrema-direita dos EUA, que mobiliza milhões de pessoas em todo o mundo.

A questão é: o que pode fazer com que alguém se desvincule de forma tão radical da realidade a ponto de acusar o próprio filho, sobrevivente de um massacre, de participar de um embuste?

Muitos dos integrantes da turba que invadiu o Capitólio em janeiro deste ano para tentar impedir a proclamação dos resultados das eleições presidenciais nos EUA usavam camisetas com a marca "Q", sinalizando sua confiança em uma das narrativas mais alucinadas já criadas. Segundo QAnon, há uma cabala secreta formada por adoradores de satanás, pedófilos e canibais, que governam o mundo. Eles matariam bebês para injetar seu sangue e rejuvenescer. Donald Trump estaria empenhado em acabar com essa turma, razão pela qual enfrentou tanta oposição do "sistema" ou daquilo que QAnon chama de *Deep State* (Estado profundo). A cabala seria liderada pelos comunistas, pela ONU e pelos democratas americanos, claro. Segundo QAnon, os massacres em escolas americanas seriam *fake news* inventadas pela cabala com o objetivo de acabar com o direito à posse e ao porte de armas de fogo. Quem tiver interesse nessa loucura pode conferir uma série documental na HBO, chamada "Q: Into The Storm".

As pessoas que mergulharam na narrativa QAnon se perderam. Muitas, talvez, para sempre. Para



Foto: Eivert Barnes/Visualhunt.com

"QAnon é o nome de uma teoria da conspiração da extrema-direita dos EUA, que mobiliza milhões de pessoas em todo o mundo"

todos os efeitos, é como se elas tivessem entrado na toca do coelho criada por Lewis Carroll em *Alice no País das Maravilhas*. Com a diferença de que Alice nunca abdicou de pensar e que, por isso, procurou o caminho de volta ao mundo, cansada das irracionalidades do "País das Maravilhas".

No Brasil, estamos presenciando um fenômeno semelhante. Alimentados por narrativas cada vez mais descompromissadas com a realidade, há centenas de milhares de bolsonaristas radicais para quem o mundo é uma grande armadilha, em que poderosos interesses econômicos, alinhados com a "imprensa comunista", com os políticos e o STF, impedem que o presidente governe. Para eles, a pandemia é um exagero, o coronavírus é uma estratégia da China para dominar o mundo, o aquecimento global é uma invenção da esquerda, as eleições em uma eletrônica – as mesmas que registram as eleições de Bolsonaro e de seus filhos há décadas – são fraudulentas; a ditadura militar não existiu, nem houve tortura, estupro de presas políticas, desaparecimento de cadáveres nos "anos de chumbo". Para esses radicais, vacinas são um perigo e armas de fogo salvam vidas; a Amazônia

não está em risco, racismo é "mimimi" e bandido bom é bandido do Centrão.

A partir desse lugar mágico em que confortam suas certezas, o núcleo mais duro do bolsonarismo se radicaliza crescentemente, inspirado por discursos fascistas disseminados pelas redes sociais, por aplicativos e nos "chans" (fóruns anônimos) na *deep web*, que estimulam a disseminação do ódio.

Uma das questões a resolver é: como desradicalizar pessoas? Temos algumas experiências internacionais, como o programa *Exit Deutschland*, liderado por Ingo Hasselbach, na Alemanha, inspirado em um programa sueco semelhante de desnazificação, além de metodologias que auxiliam pessoas envolvidas com violência política a deixarem suas organizações, como aquela proposta pela pesquisadora portuguesa Raquel da Silva, da Universidade de Birmingham (UK). O tema merece o estudo e, pela quantidade de pessoas que caíram "na toca do coelho", teremos muito trabalho no Brasil.

PS – Agradeço à Sofia Rolim, minha filha, que me chamou atenção para a importância desse tema e me indicou a entrevista com o sobrevivente de Parkland.

por Adriana Lampert

O segundo semestre deste ano será crucial para o setor cultural de Porto Alegre. A partir de agosto, uma série de esforços iniciados em junho deve se acirrar, com o objetivo de resgatar os recursos públicos de direito do setor. De um lado, os artistas, com o apoio dos partidos de esquerda, pleiteiam a aprovação do Projeto de Lei do Legislativo nº 057/20, o qual busca a utilização dos fundos de Cultura para pagamento de auxílio emergencial a trabalhadores do setor na Capital. De outro, o secretário municipal de Cultura, Gunter Axt, trabalha para retomar os editais do Fumproarte, enquanto planeja aplicar R\$ 1 milhão do Fundo Pró-Cultura (Funcultura, criado em 1978) no Edital de Coinvestimento para Auxílio Emergencial do governo do estado. Ambos os lados lutam pela volta da aplicabilidade das verbas, que passaram a ser escassas nos últimos quatro anos.

Criados para fomentar a atividade artística e a preservação do patrimônio histórico e cultural do município, na prática os fundos de Cultura nunca foram executados integralmente. "Mesmo nos governos de esquerda, não se usava toda a potência desses recursos", considera o ator, produtor e oficinairo teatral Hamilton Leite, integrante da Oigalê Cooperativa de Artistas Teatrais. "Ainda assim, os governos de esquerda foram os que mais utilizaram esses recursos para o fomento da criação artística, e, na época, a verba aplicada era superior a 80% – apesar de não chegar a 100%, ficava próximo disso", avalia.

## Artistas lutam pelos recursos dos fundos de Cultura em Porto Alegre

## Cultura a pão e água

“O sucateamento do Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural (Fumproarte, criado em 1993)” teve início em 2004, recorda a atriz e produtora Tânia Farias, integrante do grupo teatral Ói Nós Aqui Traveiz. Ela observa que os recursos desse fundo – nos anos que ocorriam editais para o setor – viabilizaram a criação de vários espetáculos de rua e de palco. “É significativa a participação nas artes de Porto Alegre neste período. Somente no segmento do teatro, o Fumproarte possibilitou uma multiplicação de grupos, que hoje não recebem mais incentivo nenhum”,

destaca Tânia, lamentando o desmonte na Cultura também em âmbito nacional. Por conta desse abandono, os artistas têm se mobilizado de várias formas, inclusive indo para as ruas, para defender o impeachment do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Em Porto Alegre, o cenário de escassez agravou com a implementação da Lei Complementar nº 869, de 27 de dezembro de 2019. A partir daí, 90% dos recursos que eram repassados ao fomento da Cultura na cidade passaram a escoar para outros compromissos do Executivo. Lembrando que a legis-

lação é uma iniciativa do governo Marchezan (2017 a 2020), Axt resume: “Na época, entendeu-se que existiam outras prioridades, como pagar o salário dos servidores em dia, e direcionar recursos para a saúde, educação, etc.”.

Além de autorizar o Executivo municipal a reverter os saldos financeiros de fundos ativos e extintos ao Tesouro Municipal, e estabelecer regras para a movimentação financeira da maioria dos fundos (não somente os da Cultura, mas com exceção dos Fundos da Criança e do Idoso), a lei criou o Fundo de Reforma e Desenvol-

Foto: Margaret Leite / Divulgação



Tânia Farias: Fumproarte multiplicou grupos de teatro que hoje não recebem mais incentivo

Municipal e extinguiu o Fundo Municipal de Compras Coletivas e o Fundo Monumenta Porto Alegre. Este último também era destinado ao setor cultural.

## Herança maldita

Com isso, os recursos dos fundos foram drenados para o ajuste fiscal do governo de Nelson Marchezan Júnior (PSDB), e o (pouco) orçamento que sobrou minguou as ações do setor. Além de verba escassa do Funcultura utilizada pela Secretaria Municipal de Cultura (SMC), também não foram realizados durante os quatro anos da gestão passada editais importantes, como os do Fumproarte.

“Nós não recebemos dívida do Fumproarte, mas o orçamento deixado pelo governo anterior é muito bai-

xo”, admite o atual gestor da SMC. Ele destaca que, apesar de não abrir editais de incentivo por quatro anos, o ex-secretário da pasta, Luciano Alabarse, sanou o passivo da gestão anterior (Fortunati/Melo). “Os projetos selecionados nos últimos editais do Fumproarte não tinham recebido os recursos por falta de dotação orçamentária”, explica.

Axt também observa que, “por conta do contingenciamento determinado no último governo”, atualmente o orçamento executável, do Fumproarte “na prática”, é de

R\$ 11 mil. Para se ter uma ideia do que isso representa em termos de desmonte, levantamento realizado junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) sinaliza que de janeiro a julho de 2021 o Fumproarte e o Funcultura somavam, cada um, R\$ 4.538.678,91. Já o Fundo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (Fumpahc, criado em 1977) tinha R\$ 1.512.892,97. Juntos, os três fundos somam R\$ 10.590.250,00, mas, em função da Lei Complementar nº 869, seguem sendo destinados para outras ações do município.

Foto: Mateus Raugust/ PMPA



O secretário Gunter Axt quer R\$ 1 milhão do Funcultura para auxílio emergencial aos trabalhadores do setor

## Auxílio emergencial

O secretário de Cultura pontua o esforço da pasta em se credenciar no edital do governo do estado para empenhar R\$ 1 milhão do Funcultura com foco em auxílio emergencial para os trabalhadores do setor. Pelo edital, o governo do estado complementaria os recursos com pelo menos mais R\$ 2 milhões, mas pode chegar a R\$ 3

milhões. Ele também destaca que há compromisso de recomposição gradual dos fundos da Cultura. “A meta é recuperar 20% dos fundos em 2021 e 50% em 2022, e assim por diante”, afirma. Sobre os editais que a SMC pretende abrir com recursos do Fumproarte, ele adianta que ambos serão de R\$ 150 mil. “Um será destinado para o seg-

mento de hip hop e outro para mulheres negras do artesanato.”

Tânia Farias ressalta que, apesar do aceno dos recursos provenientes do Edital de Coinvestimento do Estado, que só irá beneficiar CPFs, a classe artística deve continuar lutando pela aprovação do PL nº 057/20 (batizado de PL Malu Viana). Uma das emendas

do projeto defende a proposta de utilizar os valores dos três fundos de Cultura para o pagamento de um salário mínimo mensal para cada profissional autônomo, mas também para coletivos e espaços culturais independentes (Pessoa Jurídica) que tenham perdido suas fontes de renda em função da pandemia do novo coronavírus.

## Veja como é fácil dar uma aula de cidadania

Com a ajuda dos professores, o Sinpro/RS está doando cestas básicas e produtos de higiene pessoal. A vida está difícil para todo mundo, mas mesmo com uma pequena contribuição, você pode fazer uma grande diferença na vida de quem mais precisa.

Confira detalhes em [sinpro.rs.org.br](http://sinpro.rs.org.br).

**Professores SOLIDÁRIOS**  
Sinpro/RS - Sindicato Cidadão



Chave PIX para doação: 51997337506





FRAGA

## Manifesto desolímpico

**S**e dependesse de nós, acomodados e assentados, as transmissões dos jogos olímpicos em Tóquio ficariam sem audiência: assistir esforços atléticos é algo exaustivo. Nosso pódio favorito é o sofá de três lugares.

Nós, os apáticos e letárgicos, não pisamos em pistas, evitamos tatames e piscinas, e mantemos distância segura de quadras, campos, estádios. E os recordes que quebramos são todos de imobilidade, uma categoria ausente no Livro Guinness, infelizmente.

Quanto aos cronômetros, nós, os estáticos e estacionários, sabemos que existem – por ouvir falar. Jamais nos sujeitaríamos, porém, à escravidão das cronometragens. Perseguir décimos, centésimos ou milésimos de segundo é para quem não sabe aproveitar seu tempo.

Nós, os inativos e inertes, não levantamos peso, a não ser o do nosso próprio corpo, e apenas em caso de última necessidade. À inércia e à inatividade, erguemos altares em nossas mentes, e a elas fazemos oferendas do nosso jeito, de braços cruzados.

Ginástica, essa inadmissível autotortura muscular, não combina com a nossa filosofia de vida, que é viver e filosofar. Para nós, indolentes e imóveis, ginastas são pessoas que desvirtuam o conceito latino do *dolce far niente*. Plácidos e flácidos, academias nunca verão nenhum de nós.

Porque nós, os lentos e letárgicos, somos avessos ao atletismo e suas modalidades de corridas e saltos, um assédio imoral à anatomia humana. Se for para enfrentar desafios e obstáculos, que seja o de levantar da cama, essa arriscada faina diária. E nem por isso almejamos medalhas.

Nós, os molengas e moloides, somos incompatíveis com treinos, exercícios, partidas, provas, competições, tudo aquilo que exija intensa movimentação e consequente transpiração. A gente acredita, por feliz experiência própria, que glândulas sudoríparas atrofiadas não fazem mal a ninguém.

Nós, os morosos e vagarosos, seguimos os preceitos naturais da evolução. Juntos com o bicho-preguiça, as tartarugas e os jabutis, e os caracóis e caramujos, representamos uma alternativa à velocidade e ao esforço dominantes na sociedade atual. O que seria da quietude sem nós, os ociosos e preguiçosos?

Enfim, o que nós, os sedentários e sossegados, mais gostamos nas olimpíadas é o intervalo de quatro anos entre um evento e outro.



## SHOWS VIRTUAIS

Transmitidos pelo Youtube | 18h

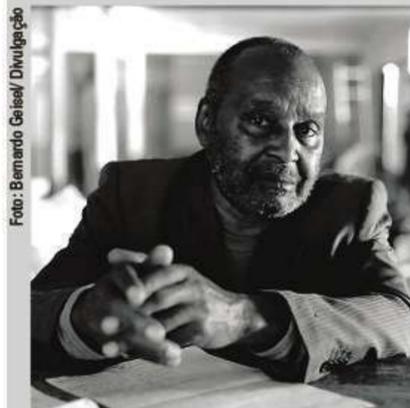


Foto: Bernardo Geisel/Divulgação

7/8 – Nêgo Izolino apresenta seu samba no show *Bons Momentos*

21/8 – Duo de violino e violão, com Alexandre Starosta e Mauricio Marques

## ARTES VISUAIS

Porto Alegre | Entrada franca

As exposições da Galeria agora podem ser visitadas presencial e virtualmente

Até 22/8 – Visitação à mostra *Território Provisório*, das artistas Manoela Cavalinho, Jordi Tasso e Henrique Fagundes, com curadoria de Diego Groisman.

Visitação: de terça a domingo, das 10h às 18h, com a aplicação de todos os protocolos de segurança, estabelecidos pelos órgãos competentes.

Local: Galeria Ecarta (Av. João Pessoa, 943, Porto Alegre).



Fotos: Igor Sperotto



10/8, 19h – Pannel virtual sobre as Galerias de Arte em Porto Alegre: novos espaços e ideias, com Maria Fernanda Lima (Galeria Clima) e Fabio Vieira de Oliveira (Galeria Ista).

## CULTURA DOADORA

18/8, 19h – Pannel *Doação de pele salva vidas*, com o médico Eduardo Chem e a biomédica Suyan Gehlm R. Santos, ambos atuam no Banco de Tecidos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Transmissão ao vivo pelo canal da Fundação Ecarta no Youtube.

## CONVERSA DE PROFESSOR

26/8, 19h – Pannel *As infâncias brasileiras e os desafios da proteção integral*, com a psicóloga Juliane Prates Santana.

Local: Transmissão ao vivo pelo canal da Fundação Ecarta no Youtube.



Foto: Divulgação



VERISSIMO

# Abstrações

*Deus não é um jogador, o Universo não está aí para Ele jogar contra a sorte e contra Ele mesmo*

“Deus não joga dados com o Universo”, disse Einstein, para nos assegurar que existe um plano por trás de, literalmente, tudo, e que o comportamento da matéria é lógico, mesmo que sua lógica custe a aparecer. A física quântica depois revelou que a matéria é mais maluca do que Einstein pensava e que o acaso rege o Universo mais do que gostaríamos de imaginar, mas fiquemos com a palavra do velho. Deus não é um jogador, o Universo não está aí para Ele jogar contra a sorte e contra Ele mesmo. Já os semideuses que controlam o capital especulativo do planeta Terra jogam com economias inteiras e podem destruir países com um lance dos seus dados, ou um impulso dos seus computadores, em segundos. Todos têm 28 anos e um poder sobre as nossas vidas que o Deus de Einstein invejaria.

Todas as religiões conhecidas têm metafísicas antigas e hierarquizadas. Seus deuses podem tudo, mas dentro das expectativas e das tradições das suas respectivas fés. Afinal, até a onipotência tem limites. A metafísica dos semideuses é inédita. Não tem passado nem convenções. É a destilação final de uma abstração, a do capital desassociado de qualquer coisa palpável, até do próprio dinheiro.

Como o dinheiro já é a representação da representação da repre-



sentação de um valor aleatório, o capital transformado em impulso eletrônico é uma abstração nos limites do nada – e é ela que rege as nossas economias e, portanto, as nossas vidas. E quem pensava ser possível construir sociedades humanas regidas por outras abstrações, como igualdade e solidariedade, se vê prisioneiro de um sopro invisível que ninguém controla, da maior abstração de todas. A única lógica dos semideuses é a da comissão necessária para um novo Porsche.

O poder do dinheiro corrompe, como nos mostra o que estamos lendo nos nossos jornais, onde pipoca um escândalo financeiro por dia, e o poder do capital sem nenhuma vinculação moral com o que quer que seja corrompe absolutamente pessoas, partidos e países.

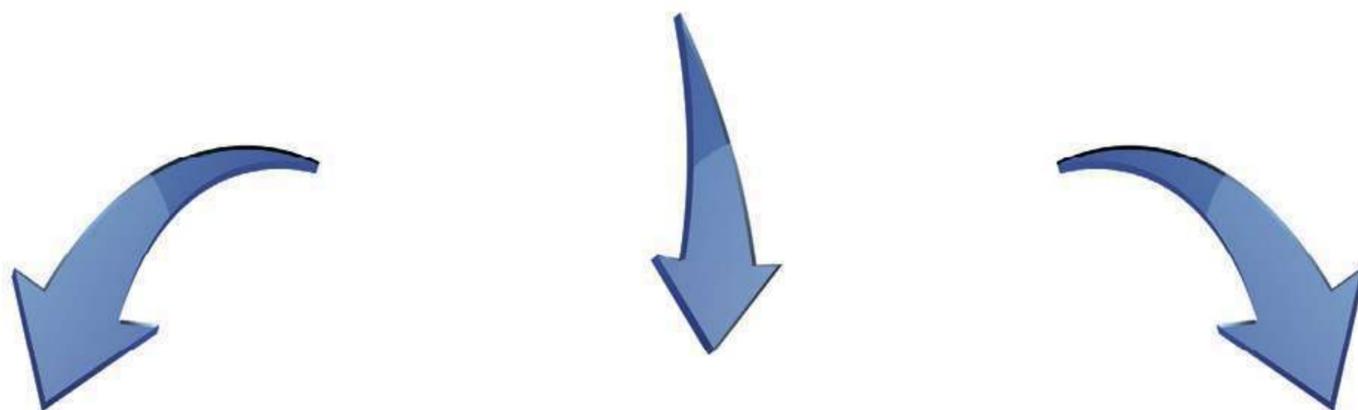
RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES



# Muito mais do que marcas, serviços que fazem a diferença na vida dos professores.



**sinpro**saúde

Os convênios médico e odontológico representam uma preocupação histórica do Sinpro/RS com o atendimento à saúde dos professores. Unimed, Top Life Centro Clínico Gaúcho e Uniodonto são opções acessíveis e seguras de acesso a esse serviço e uma ótima alternativa aos planos oferecidos pelas instituições. Professores e seus dependentes podem fazer simulações no site do Sinpro/RS e comparar com os demais planos disponíveis no mercado.

  
**SINPRO/RS**  
PREVIDÊNCIA

O plano de previdência complementar, instituído pelo Sinpro/RS, em parceria com a Fundação Família Previdência, é um dos melhores fundos de pensão do estado e do país. Um plano moderno e flexível, aberto à adesão de todos os associados. Foi criado para garantir segurança e tranquilidade aos professores do ensino privado, onde os recursos são administrados por especialistas em investimentos de longo prazo.

**SINPRO VANTAGEM**  
Quem tem, ganha mais

Mensalmente, o Sinpro/RS firma novos convênios com estabelecimentos comerciais para garantir descontos em produtos e serviços aos seus associados. São diversos convênios em todo o estado, além de Santa Catarina e Rio de Janeiro. Hotéis, cinemas, restaurantes, vestuário, livrarias, postos de gasolina, brinquedos, exames médicos, academias, locadoras de veículos e muito mais segmentos.

**SINPRO/RS**  
**VOCÊ  
USA,  
VOCÊ  
PRECISA**  
**SINDICALIZE-SE!**